RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011

Ministério das Cidades

PLANO PLURIANUAL
2008-2011

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Ministério das Cidades

EXERCÍCIO 2009

ANO BASE 2008

Brasília
2009

ÍNDICE

Apresentação 4

Sumário Executivo 5

Avaliação dos Programas 14

Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios 15

Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros 21

Fortalecimento da Gestão Urbana 36

Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano 44

Habitação de Interesse Social 53

Habitação de Mercado 58

Mobilidade Urbana 62

Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H 70

Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais 76

Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos 84

Serviços Urbanos de Água e Esgoto 91

Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários 103

Anexo I - Execução Física e Financeira 113

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6601 de 10 de outubro de 2008 que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborar a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação dos programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2008, do total previsto para o Ministério das Cidades (MCID), foram utilizados **R$ 6.891.329.632,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.728.338.285,00	Empenho Liquidado:	R$ 6.891.329.632,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 6.891.329.632,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$20.750.000.001,00	R$34.415.734.980,66	

Além disso, do total de **R$ 5.455.326.283,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2007, foram executados **R$ 3.027.802.275,00**, ou seja, **55,50 %**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do **Ministério das Cidades (MCID)**, no período do PPA 2008-2011, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2008		
		Previsto	Realizado *	%
Finalístico	6001 Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios	7.248.420,00	7.236.020,00	99,83
	1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	934.145.578,00	835.474.787,00	89,44
	9991 Habitação de Interesse Social	937.978.389,00	713.274.849,00	76,04
	9989 Mobilidade Urbana	459.824.042,00	116.571.571,00	25,35
	0810 Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H	1.800.000,00	55.925,00	3,11
	1137 Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais	33.915.942,00	13.163.900,00	38,81
	0660 Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos	310.110.002,00	122.974.760,00	39,66
	0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto	2.056.378.562,00	1.849.017.843,00	89,92

	1128 Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	2.328.580.034,00	2.243.166.144,00	96,33
Total Finalístico		**7.069.980.969,00**	**5.900.935.799,00**	**83,46**
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	1136 Fortalecimento da Gestão Urbana	46.735.909,00	35.249.958,00	75,42
	0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	2.344.216.523,00	1.659.075.410,00	70,77
Total Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais		**2.390.952.432,00**	**1.694.325.368,00**	**70,86**
Total Geral		**9.460.933.401,00**	**7.595.261.167,00**	**80,28**

* Valores Executados (liquidado) em 2008. No caso de programas multissetoriais são contemplados recursos provenientes de ações executadas por outros órgãos. Ressalta-se que no "valor total do órgão" são consideradas inclusive as ações implementadas em programas de outros órgãos.

AVALIAÇÃO SETORIAL

Objetivos Setoriais

Objetivo Setorial: Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização

Objetivo de Governo Vinculado: Promover a inclusão social e a redução das desigualdades

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Índice de tratamento dos esgotos urbanos coletados / %			
Taxa de cobertura de abastecimento de água por rede geral urbana / %			
Taxa de coleta de esgotos sanitários urbanos por rede coletora / %			

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Ampliar o mercado imobiliário para atendimento às faixas de renda média e média baixa

Objetivo de Governo Vinculado: Promover a inclusão social e a redução das desigualdades

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	

Déficit Habitacional Quantitativo de famílias com renda acima de 10 salários mínimos / unidade	61.675,00	01/01/2007	59.278,00
Déficit Habitacional Quantitativo de famílias com renda acima de 5 salários mínimos / unidade	285.279,00	01/01/2007	274.242,00

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Aperfeiçoar a gestão do espaço urbano pela promoção da regularização fundiária de assentamentos informais, requalificação de áreas centrais e prevenção a desastres sócio-ambientais

Objetivo de Governo Vinculado: Promover a inclusão social e a redução das desigualdades

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Taxa de Municípios que Aderiram à Política Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais / %	10,80	01/06/2007	100,00

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Estimular a melhoria da gestão dos serviços de saneamento pelo apoio a implementação de sistemas de gestão aos prestadores de serviço, elaboração de Planos de Saneamento Locais e disseminação da gestão associada, especialmente Consórcios Públicos

Objetivo de Governo Vinculado: Promover a inclusão social e a redução das desigualdades

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Número de consórcios públicos de saneamento implantados / unidade	1,00	01/06/2007	

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Formular e implementar a Política e o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e as Políticas Setoriais do Ministério, de forma integrada, com participação da sociedade e entes federados, de acordo com o Estatuto da Cidade

Objetivo de Governo Vinculado: Promover a inclusão social e a redução das desigualdades

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Estudos, pesquisas e projetos realizados / unidade			
Número de projetos apoiados / unidade			

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Implementar a política habitacional visando ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais e melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários

Objetivo de Governo Vinculado: Promover a inclusão social e a redução das desigualdades

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda de até 3 salários mínimos / unidade	6.906.678,00	01/01/2007	6.259.735,00
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com renda de até 5 salários mínimos / unidade	7.365.806,00	01/01/2007	6.675.664,00
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais com adensamento excessivo / %	6,37	01/01/2007	1,50
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas / %	3,38	01/01/2007	2,23
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infra-estrutura urbana adequada / %	25,42	01/01/2007	16,30
Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos / %	2,93	01/01/2007	0,60

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Promover a capacitação institucional e democratizar o acesso à informação para o planejamento e gestão urbana, e incentivar a implementação do Estatuto da Cidade

Objetivo de Governo Vinculado: Promover a inclusão social e a redução das desigualdades

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Nenhum indicador cadastrado			

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Promover a cidadania por meio de acesso aos serviços de transportes públicos e mobilidade urbana e a integração à gestão do Sistema Nacional de Trânsito (SNT)

Objetivo de Governo Vinculado: Promover a inclusão social e a redução das desigualdades

	Índice de Referência	

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice	Data de Apuração	Meta para 2011
Índice de acidentes com vítimas fatais por 10.000 veículos / %	6,30	31/12/2005	4,61
Índice de acidentes com vítimas por 10.000 veículos / %	91,13	31/12/2005	78,00

Comentários Adicionais

Principais Resultados

Inicialmente, cabe informar que os objetivos setoriais do Ministério das Cidades estão vinculados às políticas públicas relativas ao desenvolvimento urbano, habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito.

Este ministério possui oito objetivos, que resumidamente tratam de:
TRANSPORTE URBANO: Promover a cidadania por meio de acesso aos serviços de transportes públicos e mobilidade urbana e a integração à gestão do Sistema Nacional de Trânsito (SNT)

SANEAMENTO: Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização

HABITAÇÃO DE INTESSE SOCIAL: Implementar a política habitacional visando ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais e melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários

HABITAÇÃO DE MERCADO: Ampliar o mercado imobiliário para atendimento às faixas de renda média e média baixa

APERFEIÇOAMENTO DO ESPAÇO URBANO: Aperfeiçoar a gestão do espaço urbano pela promoção da regularização fundiária de assentamentos informais, requalificação de áreas centrais e prevenção a desastres sócio-ambientais

PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA: Promover a capacitação institucional e democratizar o acesso à informação para o planejamento e gestão urbana, e incentivar a implementação do Estatuto da Cidade

FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Formular e implementar a política e o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e as Políticas Setoriais do Ministério, de forma integrada, com participação da sociedade e entes federados, de acordo com o Estatuto da Cidade

MELHORARIA DA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO: Estimular a melhoria da gestão dos serviços de saneamento pelo apoio a implementação de sistemas de gestão aos prestadores de serviço, elaboração de Planos de Saneamento Locais e disseminação da gestão associada, especialmente Consórcios Públicos

Os 4 (quatro) primeiros objetivos (transporte, saneamento, habitação social e de mercado) estão incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Já os 4 (quatro) últimos não estão inclusos no PAC.
Para subsidiar a análise dos objetivos setoriais frente ao PAC, realizou-se um comparativo entre os valores empenhados nos programas e ações de governo, agrupados por objetivo setorial, nos anos de 2006 (sem PAC) e 2008 (com PAC).

Tabela de valores empenhados nos programas e ações agrupados por objetivo setorial (em milhões)

Objetivo Setorial	2006	2008	Variação %
Transporte	968,4	1.075,0	11%
Saneamento	954,9	2.892,8	202%
Habitação Interesse Social	1.207,8	2.952,5	144%
Habitação de Mercado	11.335,6	35.886,4	216%
Total	14.466,8	42.806,9	196%

Conforme dados acima, percebe-se que após a conclusão dos empreendimentos do PAC

haverá melhorias significativas no meio urbano e que a avaliação dos resultados dos objetivos setoriais vinculados ao PAC tende a ser positiva, haja vista o incremento substancial de recursos.

OBJETIVOS SETORIAS VINCULADOS AO PAC

SANEAMENTO
Objetivo setorial: Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização

Em 2005, a PNAD já revelou progressos expressivos nos indicadores de cobertura dos principais serviços de saneamento ambiental no Brasil, quando comparados com 2002. Como exemplo, cita-se o incremento de:
12,05% no abastecimento de água – rede geral;
15,86% no esgotamento sanitário – rede coletora;
14,10% no esgotamento sanitário – rede mais fossas; e
13,71% nos resíduos sólidos – coleta de lixo.

Ressalta-se, que as últimas PNAD demonstram ainda um crescimento de novos domicílios e isto afeta o denominador do indicador de cobertura. Porém, com os investimentos do PAC, cujo aumento é de pouco mais de 200% na relação 2006/2008, espera-se que os próximos dados apontem melhoras significativas neste setor, mesmo com aumento do denominador do indicador de cobertura.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Objetivo setorial: Implementar a política habitacional visando ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais e melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários

O déficit habitacional no Brasil vem apresentando melhoras desde 2000 em termos relativos: 16,1% em 2000, 15,1% em 2004 e 14,9% em 2005. No entanto, em valores absolutos, o déficit habitacional aumentou ano após ano: 7,2 milhões de domicílios em 2000; 7,8 milhões em 2004 e 7,9 milhões em 2005.

Com os investimentos do PAC no setor habitacional, espera-se uma melhora significativa do déficit, haja vista o aumento dos investimentos com habitação de interesse social (de um R$ 1,2 bi para R$ 2,9 bi) e nos financiamentos habitacionais/habitação de mercado (de R$ 11,3 bi para R$ 35,8 bi). Em termos relativos, o aumento foi de 144% e 216%, respectivamente.

Com os investimentos mais recentes, já se verifica uma melhora do déficit habitacional em valores absolutos. Em 2008, ele está na ordem de 6,6 milhões domicílios.

HABITAÇÃO DE MERCADO
Objetivo setorial: Ampliar o mercado imobiliário para atendimento às faixas de renda média e média baixa

Para este objetivo setorial, houve um significativo aumento de recursos em 2008, se comparado com anos anteriores, saltando de R$ 11,3 bilhões em 2006 para quase R$ 35,8 bilhões em 2008 (aumento de 216%). Este resultado consolida a retomada do crédito imobiliário no Brasil.

Ressalta-se ainda que este objetivo setorial ajudará na redução do déficit habitacional. Considerando a previsão do programa “Minha Casa Minha Vida” de construção de 1 milhão

de moradias, o déficit habitacional deverá reduzir, aproximadamente, dos atuais 6,6 para 5,6 milhões de domicílios.

TRANSPORTE URBANO
Objetivo setorial: Promover a cidadania por meio de acesso aos serviços de transportes públicos e mobilidade urbana e a integração à gestão do Sistema Nacional de Trânsito

O objetivo setorial relacionado ao transporte, também apresentou incremento no volume de recursos aplicados da ordem de 11%, sendo que o PAC realizou aportes de recursos para a modernização e/ou expansão de vários metrôs e trens urbanos, como em Salvador, Fortaleza, Recife e Belo Horizonte. O número de passageiros transportados nos sistemas de trens urbanos aumentou 16% na comparação 2008/2003.

No que tange ao tema trânsito, destaca-se que muitas ações foram amplamente produzidas nos últimos anos, como: ações de educação de usuários do sistema e capacitação dos profissionais do trânsito. Isto pode ser confirmado nos indicadores do programa 0660, dentre eles a redução de 91 para 75 acidentes com vítimas por 10.000 veículos, no comparativo 2005/2007.

OBJETIVOS SETORIAS NÃO VINCULADOS AO PAC

Os quatro objetivos setoriais a seguir não foram contemplados pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, portanto tiveram um volume de empenhos menor se comparado com os inseridos no PAC.
Todavia, percebe-se pelo quadro abaixo que o volume de recursos empenhados nos programas e ações vinculados aos objetivos setoriais não inseridos no PAC foi, na média, 66,4% maior do que no ano de 2006.

Tabela de valores empenhados nos programas e ações agrupados por objetivo setorial (em milhões)

Objetivo Setorial	2006	2008	Variação %
Aperfeiçoamento do Espaço Urbano	28,7	17,0	-40%
Planejamento e Gestão Urbana	14,5	9,6	-33%
Formulação das Políticas Públicas	969,8	1.652,3	70%
Melhorar a Gestão dos Serviços de Saneamento	9,7	23,3	139%
Total	1.022,8	1.702,2	66%

APERFEIÇOAMENTO DO ESPAÇO URBANO
Objetivo setorial: Aperfeiçoar a gestão do espaço urbano pela promoção da regularização fundiária de assentamentos informais, requalificação de áreas centrais e prevenção a desastres sócio-ambientais

Este objetivo setorial teve, em 2008, a maior variação negativa de recursos empenhados do Ministério quando comparado a 2006 (40%).
Contudo, destaca-se que embora tenha havido redução nos valores investidos, conseguiu-se alguns avanços como: 1) a realização de vistorias em 15 imóveis do INSS, tendo considerado 12 imóveis aptos para destinação ao programa de habitação de interesse social, 2) realização de seminário internacional sobre “locação social” e de seminário Brasil-França de operações urbanas; 3) assinatura de contratos de elaboração de planos de reabilitação em áreas centrais em Brasília (DF), Ipojuca (PE), Embu (SP), Manaus (AM), Rio Branco (AC) e Belford Roxo (RJ).
Além disso, com relação à reabilitação de áreas urbanas centrais, os indicadores mostram excelente evolução na taxa de municípios que aderiram à política de reabilitação dos

centros, passando de 6,26% em 2006 para 26,35% em 2008.

PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA
Objetivo setorial: Promover a capacitação institucional e democratizar o acesso à informação para o planejamento e gestão urbana, e incentivar a implementação do Estatuto da Cidade

Em 2008 foram empenhados nos programas/ações relacionados a este objetivo setorial um total de R$ 7,6 bilhões contra R$ 14,5 bilhões que foram aplicados em 2006. Ou seja, uma redução de 33%.

Embora não tenha sido contemplado no PAC e o volume de recursos empenhados tenha reduzido, conseguiu-se avançar em vários aspectos deste objetivo setorial, como no caso dos municípios que tiveram sua capacidade técnica e institucional fortalecida com ações de apoio ao desenvolvimento e à capacitação dos seus gestores. No total, milhares de profissionais foram capacitados.

FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
Objetivo setorial: Formular e implementar a política e o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e as Políticas Setoriais do Ministério, de forma integrada, com participação da sociedade e entes federados, de acordo com o Estatuto da Cidade

Este objetivo setorial teve considerável aumento de aporte de recursos orçamentários, tanto que em 2008 realizou empenhos 70% maior que em 2006, saltando de R$ 969 milhões para R$ 1,652 bilhão empenhado. O principal fator para este aumento foi o incremento no volume de recursos empenhados em emendas parlamentares de infra-estrutura urbana.

O objetivo possui ações com características bem diversas. Tanto é composto por ações que apóiam atividades que visam o desenvolvimento dos servidores, como pelas ações que promovem ou apóiam atividades/projetos que visam o desenvolvimento urbano nas áreas de habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito.

MELHORAR A GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO
Objetivo setorial: Estimular a melhoria da gestão dos serviços de saneamento pelo apoio a implementação de sistemas de gestão aos prestadores de serviço, elaboração de Planos de Saneamento Locais e disseminação da gestão associada, especialmente Consórcios Públicos

Os programas relacionados a este objetivo setorial tiveram um montante empenhado em 2008 da ordem de R$ 23,3 milhões, ou seja, 139% acima do que fora empenhado em 2006 (R$ 9,7 milhões). Entre as atividades que contribuíram para o alcance deste objetivo, podem-se apontar os mais de 100 estudos realizados para o reordenamento institucional e operacional do setor de saneamento.

RESTRIÇÕES
Dentre as restrições apontadas na avaliação dos programas (etapa gerente) vinculados, destaca-se: 1) a necessidade de aprimorar os mecanismos de controle, gestão e articulação com os agentes operadores e executores; 2) limitada capacidade técnica, institucional e de gestão dos Estados/Municípios; 3) a dificuldade com obtenção com licenciamento ambiental e conclusão do processo licitatório.
Salienta-se ainda que detectou-se a ocorrência no ministério de todas as 12 restrições que podem interferir no desempenho dos programas, sendo que cada restrição foi assinalada, no mínimo, por dois programas do MCidades.

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios

GERENTE DO PROGRAMA

Leodegar da Cunha Tiscoski

OBJETIVO

Apoiar a adequação urbana por meio da adequação de recursos de infra-estrutura urbana que contribuam para a qualidade de vida da população, inclusive adequação de vias para sistemas motorizados e não-motorizados.

PÚBLICO-ALVO

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R$7.248.420,00	Empenhado Liquidado:	R$7.236.020,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$7.236.020,00
Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio à Implantação da Avenida Leste-Oeste em Goiânia - GO - 7L65 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Apoio à Segunda Etapa da Interligação Aeroporto Hercílio Luz-Florianópolis - Via Expressa Sul - SC - 7K10 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Apoio às Ações de Urbanização na Área do Vale do Jaguaribe em João Pessoa - PB - 7L78 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção de Ponte Urbana sobre o Rio Jari em Laranjal do Jari - AP - 7K85 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção de Ponte Urbana sobre o Rio Poti em Teresina - PI - 7L40 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana - 7H20 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-

Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Boa Vista - RR - 7K38 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Campo Grande - MS - 7K96 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Dourados - MS - 7K95 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Goiânia - GO - 7K89 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Imperatriz - MA - 7K92 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Lagarto - SE - 7L44 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Manaus - AM - 7K84 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Mossoró - RN - 7L42 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
IMPLANTAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 100.000 HABITANTES - 109A (-/-)	0,00	0,00	-	7.248.420,00	7.236.020,00	99,83
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza - CE - 7H03 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Municípios da Região Metropolitana de Manaus - AM - 7K83 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-

Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Municípios do Estado de Goiás que Integram a RIDE DF/GO/MG - 7K91 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Ponta Porã - MS - 7K98 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Rondonópolis - MT - 7K94 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Salvador - BA - 7K86 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Santarém - PA - 7L37 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Santo Amaro - BA - 7K87 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em São Luís - MA - 7K93 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Teresina - PI - 7L39 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Três Lagoas - MS - 7K97 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana na Região Metropolitana de Belém - PA - 7L36 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana na Região Metropolitana de Recife - PE - 7H53 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-

Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - RJ - 7L41 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana no Município de Aparecida de Goiânia - GO - 7I46 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana no Município de Cuiabá - MT - 7K40 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Implantação ou Melhorias de Obras de Infra-Estrutura Urbana em Cajazeiras - PB - 7H23 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Obras de Implantação ou Melhoria da Infra-Estrutura Urbana em Municípios - Nacional - 7L68 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Índice médio geral de realização			**0,00**			**99,83**

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) IMPLANTAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 100.000 HABITANTES - 109A (-/-)	-	-	-	792.313.473,00	231.432.043,00	0,29
(RAP 2007) IMPLANTAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 100.000 HABITANTES - 109A (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	792.313.473,00	231.432.043,00	0,29
Índice médio geral de realização			-			**0,29**

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		

Fonte:						
Medidas corretivas necessárias: não houve índice previsto para 2011						

CONTEXTUALIZAÇÃO

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - Entre 2002 e 2007 foram concluídas 2.944 obras de infraestrutura, correspondendo a investimentos da ordem de R$ 467 milhões.
Em 2008 foram concluídas 679, sendo 678 contratos de 2007-R$ 127 milhões - e 1 contrato empenhado e concluído em 2008, próximo de R$ 1 milhão, totalizando investimentos da ordem de R$ 128 milhões.
Assim, entre 2002 e 2008 foram executadas e concluídas 3.623 obras de infraestrutura correspondendo a um investimento total da ordem de R$ 595 milhões.
No ano de 2008 foram empenhados R$ 7milhões beneficiando nove municípios. O baixo valor empenhado no programa em 2008 deveu-se ao veto no orçamento dos recursos a ele destinados.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Muito abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: Dos nove contratos empenhados em 2008, no valor de R$ 7.156.087,38, apenas um, R$ 987.600,00, foi concluído no mesmo exercício, representando um percentual de execução em relação ao que foi empenhado de 13,80%. Do RAP 2007, estava previsto para pagamento em 2008 R$ 792.313.473,00, tendo sido efetivamente pago um total de R$ 231.432.043,00. O total global previsto para 2008, portanto, é de R$ 792.313.473,00 + R$ 7.156.087,38 = R$ 799.469.560. O total global desembolsado foi de R$ 987.600,00 + R$ 231.432.043,00 perfazendo R$ 232.419.643,00 , representando um percentual de realização financeira de 29,07%

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa:

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: Em função de o alcance financeiro previsto ter sido da ordem de 29,07%, em 2008, considera-se o grau de contribuição como baixo.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Muito abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: Os nove contratos de repasse com empenho em 2008 tinham como objetivo beneficiar uma população total de 383.008 pessoas segundo os dados do IBGE para 2007. Este número representa a soma da população em cada um dos nove

municípios. Somente um município concluiu as obras e a população desse município é de 14.243 habitantes, o que representa um percentual de 3,72% do total de 383.008 habitantes a serem beneficiados com as obras de infraestrutura. Há que se ressaltar que a maioria das ações previstas para o ano de 2008 foram vetadas no orçamento. Se considerarmos os contratos concluídos em 2008 com recursos do RAP 2007, o percentual de cobertura do público alvo passa a ser da ordem de 16% (População estimada dos municípios que tiveram obras concluídas em 2008 = 7.900.000 habitantes; População estimada total dos municípios que receberam as obras de infraestrutura em 2008 = 49.800.000 habitantes), portanto 7.900.00/49.800.000 x 100 = 15,83%

4. Satisfação dos Beneficiários

O Programa Avalia a Satisfação dos Beneficiários? Não

Dificuladades para Avaliar a Satisfação do Beneficiário: As obras de infraestrutura têm uma abrangência, na maioria das vezes, muito difusa, tornando dificultosa a avaliação da satisfação dos beneficiários. Entretanto, sabemos que tão logo uma obra de infraestrutura seja concluída, a sua funcionalidade é imediata, trazendo benefícios à população como um todo. Por outro lado, a falta de infraestrutura resulta em transtornos diversos à população, de fácil constatação.

5. Desenho do Programa Quanto aos Temas Transversais (Raça, Gênero, Pessoa com Deficiência e/ou Criança e Juventude)

Os Temas Transversais estão Contemplados no Âmbito do Programa? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Pessoa com Deficiência: No Programa Pró-Municípios há uma modalidade referente à mobilidade urbana, com obras de infraestrutura dotadas de acessos facilitadores para o trânsito dos deficientes físicos.

6. Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa Apresenta Mecanismos de Promoção da Participação Social? Sim

O Programa possibilita a utilização de mão-de-obra local na execução dos investimentos.

Contribuições da Participação Social para os Resultados do Programa: Indiferente. Entretanto, para as comunidades beneficiadas houve geração de renda e valorização do local com a infraestrutura construída.

Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

GERENTE DO PROGRAMA

Elionaldo Maurício Magalhães Moraes

OBJETIVO

Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir a sua gestão para os governos locais

PÚBLICO-ALVO

População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Maceió, João Pessoa e Natal

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R$934.145.578,00	Empenhado Liquidado: R$835.474.787,00 Pago Estatais: - Total: R$835.474.787,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio à Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA - 10SX (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	14,00	3,10	22,14	108.180.000,00	108.180.000,00	100,00
Apoio à Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE - 10SY (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	9,00	2,00	22,22	104.559.495,00	104.163.500,00	99,62
Apoio à Modernização do Trecho Calçada-Paripe do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA - 10SZ (SISTEMA MODERNIZADO/% de execução física)	32,00	14,00	43,75	16.958.505,00	16.958.505,00	100,00
Apoio à Modernização do Trecho Oeste João Felipe - Caucaia do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE - 10T0 (Trecho modernizado/% de execução física)	75,00	22,55	30,07	20.000.000,00	20.000.000,00	100,00

Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	6.980,00	3.271,67	46,87	10.317.292,00	10.314.186,00	99,97
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	570,00	541,33	94,97	905.271,00	885.571,00	97,82
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	3.872,00	3.476,67	89,79	21.588.733,00	21.316.986,00	98,74
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	2.264,00	1.814,58	80,15	2.643.389,00	2.405.375,00	91,00
Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos - 6438 (Empregado capacitado/UNIDADE)	4.368,00	722,00	16,53	1.950.000,00	1.532.866,00	78,61
Contribuição à Previdência Privada - 0110 (-/-)	0,00	0,00	-	4.998.142,00	4.792.218,00	95,88
Correção e Vedação da Faixa de Domínio do Trecho Barreiro - Calafate do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG - 10G5 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	28,00	0,00	0,00	11.586.168,00	0,00	0,00
Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros de Fortaleza - CE - 0B15 (-/-)	0,00	0,00	-	11.000.000,00	11.000.000,00	100,00
Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros de Salvador - BA - 0B14 (-/-)	0,00	0,00	-	12.389.800,00	12.389.800,00	100,00
Elaboração de Projetos da Linha 2 do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG - 10A8 (Projeto elaborado/%)	36,00	0,00	0,00	1.750.000,00	0,00	0,00
Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 7L64 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	11,00	11,00	100,00	26.188.334,00	26.188.334,00	100,00

Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros - 2843 (Passageiro transportado média/dia útil/UNIDADE)	576.144,00	507.524,00	88,09	405.733.737,00	372.884.580,00	91,90
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	31.202.102,00	21.348.585,00	68,42
Implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 10T9 (projeto executado/% de execução física)	1,00	1,00	100,00	500.000,00	497.000,00	99,40
Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG - 5176 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	5,00	0,90	18,00	42.856.000,00	1.853.204,00	4,32
Implantação do Trecho Tip-Timbi e Modernização do Trecho Rodoviária-Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE - 5754 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	10,00	6,80	68,00	90.000.000,00	89.999.203,00	100,00
Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 5174 (SISTEMA MODERNIZADO/% de execução física)	1,00	1,00	100,00	2.880.000,00	2.880.000,00	100,00
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	708.610,00	635.143,00	89,63
Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB - 11J9 (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	5,00	10,20	204,00	1.500.000,00	1.499.997,00	100,00
Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL - 11JD (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	5,00	11,50	230,00	1.750.000,00	1.750.000,00	100,00
Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN - 11IO (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	5,00	5,40	108,00	2.000.000,00	1.999.734,00	99,99
Índice médio geral de realização			**73,13**			**84,61**

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização

(RAP 2007) Apoio à Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA - 0A39 (-/-)	-	-	-	56.096.061,00	56.096.060,00	1,00
(RAP 2007) Apoio à Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA - 0A39 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	-	-	-	56.096.061,00	56.096.060,00	1,00
(RAP 2007) Apoio à Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE - 0A40 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	-	-	-	66.852.389,00	38.274.549,00	0,57
(RAP 2007) Apoio à Modernização do Trecho Oeste João Felipe - Caucaia do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE - 0B12 (Trecho modernizado/% de execução física)	-	-	-	10.000.000,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	1.078.074,00	969.389,00	0,90
(RAP 2007) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	1.190.601,00	1.117.764,00	0,94
(RAP 2007) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	268.505,00	7.241,00	0,03
(RAP 2007) Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos - 6438 (Empregado capacitado/UNIDADE)	-	-	-	202.972,00	131.534,00	0,65
(RAP 2007) Contribuição à Previdência Privada - 0110 (-/-)	-	-	-	237.340,00	237.338,00	1,00

(RAP 2007) Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros - 2843 (Passageiro transportado média/dia útil/UNIDADE)	-	-	-	26.831.952,00	22.605.882,00	0,84
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	1.666.277,00	1.249.832,00	0,75
(RAP 2007) Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG - 5176 (-/-)	-	-	-	8.427.428,00	5.547.637,00	0,66
(RAP 2007) Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG - 5176 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	-	-	-	8.427.428,00	5.547.637,00	0,66
(RAP 2007) Implantação do Trecho Tip-Timbi e Modernização do Trecho Rodoviária-Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE - 5754 (-/-)	-	-	-	102.221.438,00	43.321.002,00	0,42
(RAP 2007) Implantação do Trecho Tip-Timbi e Modernização do Trecho Rodoviária-Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE - 5754 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	-	-	-	102.221.438,00	43.321.002,00	0,42
(RAP 2007) Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 5174 (SISTEMA MODERNIZADO/% de execução física)	-	-	-	2.364.055,00	2.228.471,00	0,94
(RAP 2007) Modernização do Trecho Calçada-Paripe do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA - 5168 (-/-)	-	-	-	13.356.000,00	13.356.000,00	1,00
(RAP 2007) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	-	-	-	3.441,00	2.000,00	0,58

(RAP 2007) Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB - 11J9 (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	-	-	-	3.101.427,00	2.968.950,00	0,96
(RAP 2007) Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL - 11JD (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	-	-	-	2.534.148,00	2.376.767,00	0,94
(RAP 2007) Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN - 11IO (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	-	-	-	2.898.416,00	1.945.974,00	0,67
Índice médio geral de realização			-			**0,71**

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos - PERCENTAGEM	73,400	31/12/2003	75,400	12/2008	99,300	Muito Baixa
Fonte: CBTU/MCidades						
Medidas corretivas necessárias: O valor do indicador deverá permanecer estável no mesmo valor atingido em 2005, quando da última estadualização ocorrida (Salvador), uma vez que a prioridade do Governo Federal é a conclusão das obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento -PAC.Os índices previstos para alcance em 2011 foram revistos e os seus valores atualizados foram propostos no processo de elaboração do PLOA 2010.						
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG - MILHAR	30.941,000	31/12/2003	43.988,000	12/2008	70.500,000	Alta
Fonte: CBTU/Ministério das Cidades						
Medidas corretivas necessárias:						
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE - MILHAR	48.329,000	31/12/2003	58.712,000	12/2008	101.000,000	Média

Fonte: CBTU/Ministério das Cidades

Medidas corretivas necessárias: Face ao andamento verificado nas intervenções para ampliação do sistema e demais intervenções acordadas no PAC, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 80.080 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE - MILHAR	10.399,000	31/12/2003	7.358,800	12/2008	26.940,000	Muito Baixa

Fonte: CBTU/Ministério das Cidades

Medidas corretivas necessárias: Face ao andamento verificado nas intervenções para ampliação do sistema e demais intervenções acordadas no PAC, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 8.200 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA - MILHAR	4.259,000	31/12/2003	4.129,300	12/2008	77.985,000	Muito Baixa

Fonte: CBTU/Ministério das Cidades

Medidas corretivas necessárias: Face ao andamento verificado nas intervenções para ampliação do sistema e demais intervenções acordadas no PAC, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 60.060 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - MILHAR	44.683,000	31/12/2003	47.038,800	12/2008	45.621,940	Alta

Fonte: Trensurb/Ministério das Cidades

Medidas corretivas necessárias:

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL - MILHAR	1.611,000	31/12/2003	1.738,000	12/2008	7.963,000	Média

Fonte: CBTU/Ministério das Cidades

Medidas corretivas necessárias: Face ao andamento verificado nas intervenções para recuperação do sistema, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 3.080 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB - MILHAR	2.050,000	31/12/2003	3.138,000	12/2008	7.612,000	Média

Fonte: CBTU/Ministério das Cidades

Medidas corretivas necessárias: Face ao andamento verificado nas intervenções para recuperação do sistema, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 3.632 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN - MILHAR	2.262,000	31/12/2003	2.318,000	12/2008	13.032,000	Média

Fonte: CBTU/Ministério das Cidades

Medidas corretivas necessárias: Face ao andamento verificado nas intervenções para recuperação do sistema, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 2.683 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os sistemas operados pelo Governo Federal devem ser transferidos a Estados e Municípios, por determinação constitucional. Sob gestão local, torna-se possível sua integração com outros modos de transporte e com o planejamento urbano, específicos de cada região. Para viabilizar as transferências, o Governo Federal realiza um programa de investimentos nos sistemas, destinados a sua expansão e/ou modernização, propiciando melhoria na eficiência e qualidade dos serviços, bem como melhores condições de mobilidade às populações urbanas.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - Ações finalísticas que mais contribuíram ao desenvolvimento do programa:
5754-Implantação do Trecho Tip-Timbi e Modernização do Trecho Rodoviária-Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife-PE
5176-Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte-MG
0A39-Apoio à Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador-BA
5168-Modernização do Trecho Calçada-Paripe do Sistema de Trens Urbanos de Salvador-BA
0A40-Apoio à Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza-CE
0B12-Apoio à Modernização do Trecho Oeste João Felipe-Caucaia do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza-CE
11IO-Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Natal-RN
11J9-Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa-PB
11JD-Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió-AL
5174-Modernização do sistema de trens urbanos de Porto Alegre-RS
7L64-Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do sistema de trens urbanos de Porto Alegre-RS

EXPANSÃO SÃO LEOPOLDO-NOVO HAMBURGO
R$ 17,0 milhões aplicados na mobilização da obra, serviços preliminares, elaboração parcial dos projetos executivos das obras civis
PROJETO MULTIMÍDIA
Centralização no CCO, do CFTV das estações e pátio, instalação de monitores de controle nas plataformas e cabines dos trens, automação dos avisos sonoros nos trens e estações. Aplicados R$ 1,36 milhões
BILHETAGEM ELETRÔNICA
Novo Sistema de Controle de Arrecadação e de Passageiros-SCAP
Executados R$ 1,3 milhões na campanha da bilhetagem eletrônica para implantação do Cartão Smartcard
LINHA 2-METRÔ DE PORTO ALEGRE
Executados R$ 2,15 milhões em estudos do Plano Integrado de Transportes e Mobilidade Urbana

RECIFE
SISTEMA DE SINALIZAÇÃO:
ATC de bordo-concluído em todos os 25 TUE
SINALIZAÇÃO DE CAMPO:
Linha Sul
–Conclusão da infraestrutura principal do domínio Cajueiro Seco
–Conclusão da montagem mecânica dos equipamentos de via do domínio Cajueiro Seco
–Conclusão da montagem mecânica das salas técnicas em Porta Larga, Prazeres e Cajueiro Seco
–Início dos testes de cabos na sala técnica da estação Porta Larga
–Conclusão das montagens das máquinas de chaves de Tancredo Neves e Cajueiro Seco
Linha Centro:
Centro de controle: A reforma civil está atrasada
SI-CTE (controle de energia)
–concluídas as instalações das UTR das subestações Recife, Ipiranga e Cajueiro Seco e das CSP de Werneck e Largo da Paz
–concluídas as montagens dos retém/libera das estações Cajueiro Seco, Prazeres, Monte Guararapes e Porta Larga
MATERIAL RODANTE:
Serviços de revisão dos TUE com 47% de avanço acumulado. Entregue mais um TUE

em dezembro
Contratada em 11 de dezembro a aquisição de 07 VLT para operação no trecho Cajueiro Seco-Cabo
OBRAS CIVIS
A estação Tancredo Neves foi inaugurada em 17 de Novembro e o trecho Shopping/ Tancredo Neves entrou em operação comercial
SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÃO:
Linha Sul:
Concluído o reparo dos bancos de baterias
Concluída a troca de bancos de baterias da estação Tancredo Neves
Instaladas novas versões de software para o Sistema de Transmissão
SISTEMA DE ELETRIFICAÇÃO:
Linha Sul:
Em abril foram programadas as datas de comissionamento visando concluir as obras até dezembro , conforme abaixo:
Maio : Cabines seccionadoras de Largo da Paz e Porta Larga
Agosto : Subestação de Cajueiro Seco
Dezembro: Subestação Shopping
Cabine Seccionadora Largo da Paz: serviços de obras civis, serviços de montagens eletromecânicas e comissionamento concluídas em outubro
Cabine Seccionadora Porta Larga: resta a execução dos testes de comissionamento dos equipamentos que dependem de energização de Cajueiro Seco
Subestação Cajueiro Seco: concluído o comissionamento do setor de 69 KV
Foi contratada, em 11/dez, a aquisição de 07 VLT (Veículos Leves sobre Trilhos) para o trecho Cajueiro Seco-Cabo (linha diesel). O prazo do contrato é de 40 meses
Parte dos equipamentos de bilhetagem automática foi doada pela TRENSURB, para utilização no Metrô de Recife

BELO HORIZONTE
Foi inaugurado o Terminal de Integração da estação Vilarinho
Foram desenvolvidas atividades complementares nas seguintes áreas:
SISTEMA DE SINALIZAÇÃO
SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES
MATERIAL RODANTE
OBRAS CIVIS
EQUIPAMENTOS

FORTALEZA
LINHA SUL
Obras Civis em andamento:
-Trecho em Superfície
-Elevado de Parangaba
-Trecho em Subterrâneo
-Projetos e Administração

LINHA OESTE
Em andamento os processos licitatórios:
-FZ-01-Via Permanente, Estações e Passagem em Nível
-FZ-02-Viaduto Rodoviário Rua Visconde de Cauípe
-FZ-03-Consultoria em Bilhetagem Eletrônica-Contratação Direta
-FZ-04-Recuperação/Modernização de Locomotivas
-FZ-05-Recuperação/Modernização de 13 Carros de Passageiros tipo Pidner
-FZ-06-Consultoria para Gerenciamento, Supervisão e Projeto Executivo
-FZ-07-Aquisição de VLT

PRINCIPAIS INTERVENÇÕES EM DESENVOLVIMENTO:
-Obras Civis e Sistemas Fixos
-Estações
-Via Permanente
-Viaduto Visconde de Cauípe e Remoção das Interferências no Entorno deste Viaduto
-Gerenciamento, Supervisão e Elaboração dos Projetos Executivos
-Consultoria em Bilhetagem Eletrônica
-Material Rodante-Recuperação de 02 Locomotivas
-Material Rodante-Aquisição de 06 VLT

SALVADOR
Lapa-Pirajá
Principais intervenções em desenvolvimento:
-Sistema de sinalização (SA-12)
fornecimento e montagem da Sinalização e dos Sistemas Auxiliares do metrô, com 27% já executado
-Material Rodante (SA-11)
fornecimento de 6 TUE, a cargo do governo do Estado da Bahia. O Estado entregou os 3 primeiros trens
-Supervisão Material Rodante/Sinalização (SA-05)
fiscalização e supervisão do fornecimento e implantação do material rodante
-Gerenciamento das Obras Civis (SA-18)
assessoramento técnico prestado à CTS, através de acompanhamento físico e financeiro dos diversos contratos do empreendimento, atualização do SIG-Sistema de Informação Gerencial
-Supervisão de Obras Civis (SA-17)
assessoramento técnico à CTS por acompanhamento físico e financeiro das obras civis
-Obras civis (SA-01)
Principais atividades desenvolvidas:
Via Subterrânea: Túnel e Poços de Ventilação
Estação Lapa:
Estação Campo da Pólvora:
Estação Brotas:
Via Permanente
Elevado Bonocô II e III

Calçada-Paripe
Principais intervenções em desenvolvimento:
-Material Rodante: operação em março/2008 do último dos 3 TUE da série 4800, recuperados em 2007
-A CTS incorporou ao Edital (Reforma e Modernização de 3 TUE da frota própria da STU/SAL) todas as solicitações da CBTU
-Obras Civis (SA-07-A)
-No mês de dezembro, a IESA manteve desmobilizada a maior parte de sua equipe e a obra esteve praticamente parada. Avanço físico de cerca de 1%
-Via Permanente:
Fabricação de 2.000 dormentes de concreto e fornecimento de 424 t de trilho 45, troca de dormentes de madeira em vários trechos da via nas Linhas 1 e 2 num total de 653 unidades
-Estações:
Periperi, Coutos, Itacaranha, Escada, Praia Grande, Lobato e Santa Luzia, Mocotó e Baixa do Fiscal
-Ponte São João:
A operação da ponte vem sendo monitorada com a aplicação de restrições operacionais na travessia dos trens, visando garantir a segurança dos usuários do sistema

-Supervisão das Obras Civis (SA-07-E)
O contrato de supervisão das obras e fornecimentos foi encerrado em 25 de dezembro

NATAL
Principais ações desenvolvidas:
-aquisições de dormentes e fixações para TR 37, concluída em maio, e aquisições de equipamentos/peças para recuperação de locomotivas
-adequação e cobertura do posto de abastecimento da STU-NAT; concretagem de 08 (oito) Passagens de Nível (PN)
-desenvolvimento de algumas ações de recuperação na via permanente
-concluído o serviço de modernização e sinalização de 03 PN
-concluída a recuperação da estação de Cidade da Esperança
-assinado em 23 de outubro contrato para recuperação de 9 motores de tração para locomotiva
-assinado em 18 de dezembro contrato para complementação de Implantação de Sinalização em Passagens de Nível (PN)
-assinado em 23 de dezembro contrato para recuperação de 7 cabeçotes para locomotiva

JOÃO PESSOA
Principais ações desenvolvidas:
-Os serviços de recuperação de 8 carros de passageiros na cidade de Natal foram concluídos em abril
-O último dos três carros de passageiros recuperados em Belo Horizonte, foi entregue em janeiro
-Concluído em junho o fornecimento de 84 rodas para carro de passageiros que irá atender aos 10 carros recuperados
-Concluída a recuperação 5 truques de Carros de Passageiros
-Concluída em julho a recuperação das estações de Várzea Nova e Jacaré
-Inauguração da estação do Poço em março e concluída a construção da estação Alto do Mateus em setembro
-Em andamento a construção da estação Jardim Manguinhos, previsão de conclusão em 2009
-Concluída em dezembro a construção do Bueiro no Km 215,2, próximo da Estação Jacaré
-Concluída em setembro a execução o contrato de aquisição de 6.024 dormentes de concreto tipo bi-bloco
-Concluída em junho a entrega de 5046 fixações para trilho
-Em andamento fornecimento de 1315m3 de brita para lastro
-Concluídos serviços de remodelação de oito trechos da Via Permanente (trilhos, britas e canaletas)
-Em andamento aquisição de 1.393 dormentes
-Concluída em novembro a licitação para a recuperação de 7 carros de passageiros e 1 locomotiva
-Iniciada a terraplenagem para a construção do desvio ferroviário de Jacaré
-Iniciados em novembro testes para automatizar um cruzamento no bairro Renascer

MACEIÓ
Principais ações desenvolvidas:
-aquisições de dormentes de madeira, fixação e dormentes de concreto
-adquiridos 02 radiadores, 01 turbina, 2 bombas d'água. Instalado o sistema de ar condicionado na cabine de 1 locomotiva. Licitados a revisão geral de 02 turbinas para Locomotivas ALCO RS-8, aquisição de dois motores de tração e válvulas e componentes do sistema de freios das Locomotivas
-Aquisição de material para manutenção e recuperação de 02 carros de passageiros do trem turístico
-Eixamento de 2 rodeiros para Locomotivas

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: As metas físicas programadas para o exercício não foram atingidas. Como principais fatores, podem ser citados: no Sistema de Recife, o cancelamento de licitações para adequação dos termos de referência a exigências do TCU; em Salvador, as empresas contratadas também tiveram que adequar suas planilhas às solicitações do órgão de controle; em Fortaleza, os atrasos foram devidos ao atraso no repasse dos recursos do Governo do Estado do Ceará para desapropriações e remoções de interferências, além de atraso no processo licitatório dos VLT; e em Belo Horizonte, foi necessário o cancelamento da licitação para as obras do rabicho, por necessidade de adequação às exigências do TCU.
As metas operacionais foram superadas em Recife (demanda 2,78% superior ao previsto), e em João Pessoa (4,11% acima do previsto). Em Belo Horizonte, Natal e Maceió, os resultados ficaram abaixo das metas programadas. Em todos os sistemas, porém, à exceção de Natal, os resultados foram muito superiores aos apresentados em 2007.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Promover a cidadania por meio de acesso aos serviços de transportes públicos e mobilidade urbana e a integração à gestão do SNT
GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Em Recife e Belo Horizonte, os dois principais sistemas da CBTU, os avanços na demanda transportada verificados em 2008 situaram-se, respectivamente, em 3,7% e 11,4% acima dos números correspondentes ao exercício de 2007.
Outros resultados expressivos alcançados foram o acréscimo de apenas 1,8% verificado no custo operacional/passageiro transportado em relação ao valor de 2007 (uma variação bastante inferior à inflação no mesmo período), o aumento de 5,5% no nível de produtividade da energia elétrica, e de 4,0% no nível de produtividade de óleo diesel, demonstrando uma maior eficiência e economicidade dos sistemas.
Esse conjunto de resultados decorreu de forte empenho que a empresa vem dedicando no sentido de aprimorar seus padrões de gestão e da execução dos projetos.
Os números atingidos no exercício demonstram o rumo correto tomado pela CBTU na condução das ações do Programa de Descentralização, proporcionando uma maior mobilidade a uma parcela cada vez maior das populações atendidas por seus sistemas.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: O ano de 2008 representou para a CBTU um novo patamar de atuação, especialmente no tocante aos resultados operacionais alcançados pelo conjunto de seus cinco sistemas metro-ferroviários, que transportaram cerca de 110 milhões de passageiros em 2008. Esse resultado superou os patamares atingidos nos 13 anos anteriores, com um avanço de aproximadamente 6,4% em relação ao total de passageiros transportados no ano anterior. A TRENSURB também apresentou resultado expressivo, superando o índice previsto para o exercício em 3%

4. Satisfação dos Beneficiários

O Programa Avalia a Satisfação dos Beneficiários? Sim

Grau de Satisfação do Usuário: Satisfeito

Justificativa: Em 2008 não foi realizada pesquisa de satisfação em Recife, dada a mudança no perfil do sistema com a inauguração de novos trechos e estações. No entanto, ações visando à melhoria do atendimento ao usuário garantem um resultado positivo neste quesito. Nos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió, o atendimento ao usuário é realizado apenas de forma direta pelo pessoal da área de operação.

Mecanismos Utilizados e Conseqüências para o Aperfeiçoamento do Programa: Nos sistemas de Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre, são realizadas periodicamente pesquisas de opinião, visando à apuração do índice de satisfação do usuário, procedendo-se a uma tabulação dos resultados. Por meio destes resultados, são auferidos subsídios para implementação de melhorias no atendimento, conforto e segurança nas estações e trens

5. Desenho do Programa Quanto aos Temas Transversais (Raça, Gênero, Pessoa com Deficiência e/ou Criança e Juventude)

Os Temas Transversais estão Contemplados no Âmbito do Programa? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Pessoa com Deficiência: Estão previstas ações específicas para adequação das instalações à Lei de Adequação à Acessibilidade Universal, tendo sido desenvolvido programa específico para tal com intervenções nos sistemas da CBTU e da TRENSURB, além das instalações da Administração Central, na CBTU. Cabe ressaltar que as ações de adequação à acessibilidade são integrantes do programa 1078 - Nacional de Acessibilidade, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
O Programa Nacional de Acessibilidade prevê a adequação das instalações, dotando-as de características que permitem o livre acesso às pessoas portadoras de qualquer deficiência. Desta forma, adequações quanto à comunicação visual, pisos táteis, rampas de acesso, corrimãos, elevadores, escadas rolantes etc., estão sendo implementadas em todas as instalações. Quanto ao material rodante, está prevista identificação específica nos lugares destinados preferencialmente aos idosos, gestantes e deficientes.

6. Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa Apresenta Mecanismos de Promoção da Participação Social? Sim

Ouvidoria: Os serviços de atendimento ao usuário, existentes nos sistemas de Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre; o atendimento ao usuário de forma direta pelo pessoal da área de operação nos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió; as pesquisas de opinião visando apuração do índice de satisfação do usuário; atos que incluem também o enfoque à ouvidoria relativamente à operação e expansão dos sistemas.

Reunião com grupos de interesse: As ações de implantação, expansão e modernização dos sistemas, bem como o processo de regionalização dos sistemas vem sendo discutido com os principais atores envolvidos, em especial os governos locais.

Discussão em Conselho Setorial: Em 2007 foi criada, para acompanhamento do PAC, a Sala de Situação dos trens e metrôs, integrando a Casa Civil, MPlanejamento, MFazenda, MCidades, CBTU e TRENSURB. Suas reuniões ocorrem periodicamente.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: A contínua adequação da programação de execução das ações de forma a torná-la mais eficiente e eficaz, bem como para elevar os benefícios advindos de sua realização.

Fortalecimento da Gestão Urbana

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Tereza Saenz Surita Jucá

OBJETIVO

Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional

PÚBLICO-ALVO

Prefeituras municipais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R$46.735.909,00	Empenhado Liquidado: R$35.249.958,00 Pago Estatais: - Total: R$35.249.958,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio à Capacitação de Gestores Municipais e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano - 8872 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	18.000,00	13.311,00	73,95	1.808.000,00	1.808.001,00	100,00
Apoio à Elaboração de Estudos e Implementação de Projetos de Desenvolvimento Institucional e Operacional e à Estruturação da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico e Revitalização dos Prestadores de Serviços Públicos de Saneamento - 8871 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	1,00	2,00	200,00	10.000.000,00	9.971.100,00	99,71

Apoio à Elaboração de Projetos de Saneamento em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 006L (-/-)	0,00	0,00	-	3.683.200,00	3.683.200,00	100,00
Apoio à Elaboração de Projetos de Saneamento em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 1P95 (projeto elaborado/UNIDADE)	13,00	65,00	500,00	16.102.972,00	12.379.630,00	76,88
Apoio à Modernização Institucional dos Municípios para Atuação na Melhoria das Condições do Setor Habitacional no Segmento das Famílias de Baixa Renda - 8873 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	80,00	390,00	487,50	7.681.737,00	5.810.647,00	75,64
Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana - 2D49 (Gestor público capacitado/UNIDADE)	2.560,00	1.500,00	58,59	1.000.000,00	247.500,00	24,75
Assistência Técnica para o Planejamento Territorial e a Gestão Urbana Participativa - 8874 (Município beneficiado/UNIDADE)	150,00	12,00	8,00	6.160.000,00	1.158.404,00	18,81
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	300.000,00	191.476,00	63,83
Índice médio geral de realização			**221,34**			**69,95**

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Apoio à Capacitação de Gestores Municipais e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano - 0612 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	-	-	-	593.855,00	503.683,00	0,85

(RAP 2007) Apoio à Elaboração de Projetos de Saneamento em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 006L (-/-)	-	-	-	16.738.932,00	5.375.607,00	0,32
(RAP 2007) Apoio à Implementação dos Instrumentos Previstos no Estatuto das Cidades e à Elaboração de Planos Diretores - 0642 (Município beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	1.881.934,00	1.362.128,00	0,72
(RAP 2007) Apoio à Modernização Institucional dos Municípios para Atuação na Melhoria das Condições do Setor Habitacional no Segmento das Famílias de Baixa Renda (Habitar-Brasil) - 0652 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	4.629.930,00	1.771.293,00	0,38
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	35.995,00	7.782,00	0,22
Índice médio geral de realização			-			**0,50**

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Municípios Consorciados para Habitação - PERCENTAGEM	1,200	01/11/2001	0,000		0,000	Média

Fonte: IBGE

Medidas corretivas necessárias: Não disponível.

Para efeito de possibilidade de alcance do índice previsto para 2011, foi indicado como possibilidade de alcance "médio" para o indicador, pelo fato de não ter ocorrido a apuração do índice em 2008 e, conseqüentemente, de não se dispor de dados suficientes para a avaliação da efetividade do indicador.

Durante o exercício de 2009, deverá ser feita uma análise dos indicadores visando ajustá-los para que seja possível indicar avanço ou não em relação à meta do Plano Plurianual -PPA.

Taxa de Municípios com Planos Diretores Aprovados e Elaborados - PERCENTAGEM	55,000	31/12/2006	0,000		100,000	Média

Fonte: IBGE

Medidas corretivas necessárias: Manutenção da divulgação do programa e da mobilização da sociedade e das prefeituras através de atividades de capacitação e divulgação de informações sobre elaboração, revisão e implementação de planos diretores.

Taxa de Municípios com Cadastros Imobiliários - PERCENTAGEM	81,500	01/11/2001	0,000		0,000	Média

Fonte: IBGE

Medidas corretivas necessárias: Não disponível.
Para efeito de possibilidade de alcance do índice previsto para 2011, foi indicado como possibilidade de alcance "médio" para o indicador, pelo fato de não ter ocorrido a apuração do índice em 2008 e, conseqüentemente, de não se dispor de dados suficientes para a avaliação da efetividade do indicador.
Durante o exercício de 2009, deverá ser feita uma análise dos indicadores visando ajustá-los para que seja possível indicar avanço ou não em relação à meta do Plano Plurianual -PPA.

Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Esgotamento Sanitário - PERCENTAGEM	1,600	01/11/2001	0,000		16,000	Média

Fonte: IBGE

Medidas corretivas necessárias: Não disponível.
Para efeito de possibilidade de alcance do índice previsto para 2011, foi indicado como possibilidade de alcance "médio" para o indicador, pelo fato de não ter ocorrido a apuração do índice em 2008 e, conseqüentemente, de não se dispor de dados suficientes para a avaliação da efetividade do indicador.
Durante o exercício de 2009, deverá ser feita uma análise dos indicadores visando ajustá-los para que seja possível indicar avanço ou não em relação à meta do Plano Plurianual -PPA.

Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Coleta de Lixo - PERCENTAGEM	2,000	01/11/2001	0,000		20,000	Média

Fonte: IBGE

Medidas corretivas necessárias: Não disponível.
Para efeito de possibilidade de alcance do índice previsto para 2011, foi indicado como possibilidade de alcance "médio" para o indicador, pelo fato de não ter ocorrido a apuração do índice em 2008 e, conseqüentemente, de não se dispor de dados suficientes para a avaliação da efetividade do indicador.
Durante o exercício de 2009, deverá ser feita uma análise dos indicadores visando ajustá-los para que seja possível indicar avanço ou não em relação à meta do Plano Plurianual -PPA.

Taxa de Municípios com Processo de Fortalecimento Institucional Pactuados com o Ministério das Cidades para o Desenvolvimento de Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbanos - %	0,000	01/01/2007	0,000		95,100	Média

Fonte: Ministério das Cidades

Medidas corretivas necessárias: Não disponível.
Para efeito de possibilidade de alcance do índice previsto para 2011, foi indicado como possibilidade de alcance "médio" para o indicador, pelo fato de não ter ocorrido a apuração do índice em 2008 e, conseqüentemente, de não se dispor de dados suficientes para a avaliação da efetividade do indicador.
Durante o exercício de 2009, deverá ser feita uma análise dos indicadores visando ajustá-los para que seja possível indicar avanço ou não em relação à meta do Plano Plurianual -PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Desde a Constituição de 1988 houve um crescimento significativo de novos municípios no Brasil, na sua maioria de pequeno porte e com pouca sustentabilidade econômica e ambiental. Contudo, uma dificuldade comum tanto a novos como a antigos municípios reside na sua parca capacidade de gestão e planejamento urbano e territorial, particularmente na questão do manejo e controle do uso e ocupação do solo. Do mesmo modo, a problemática do desenvolvimento institucional e da capacitação técnica constituem desafios à gestão e ao planejamento territorial dos municípios. Por outro lado, dentro do sistema de cidades brasileiro, em nenhum outro lugar a tomada de decisões ao nível supralocal assume tamanha importância como nas áreas metropolitanas, tendo em vista não só o caráter sistêmico das relações e funções assumidas pelos municípios que as compõem, mas principalmente pelo fato de vivenciarem problemas comuns causados pelo intenso processo de urbanização que compartilham. Muitos destes problemas extrapolam as fronteiras de seus municípios, tendo em vista o fenômeno da conurbação e a mobilidade diária de seus moradores, na qual problemas como transporte, saúde, saneamento ambiental, etc. tornam-se impossíveis de serem solucionados individualmente. Desta forma, verifica-se também a necessidade em se construir e disseminar novos arranjos de gestão metropolitana e de consorciamento intermunicipal para permitir a adoção de políticas participativas e integradas ao nível supralocal para o enfrentamento de problemas comuns. b) conseqüências da não implementação: manutenção do atual padrão de ausência de planejamento e gestão territorial com exclusão social, econômica e territorial e precarização da qualidade de vida da população de baixa renda. c) condicionantes favoráveis: vontade política em enfrentar o problema; intenção do Ministério das Cidades em realizar intervenções integradas; experiência consolidada no Ministério para atuar neste segmento; existência de instrumentos urbanísticos adequados previstos no Estatuto da Cidade; d) condicionantes desfavoráveis: falta de estrutura e de capacitação das prefeituras para atuar neste segmento; processo demorado de intervenção; ausência de recursos suficientes.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - No que se refere ao fortalecimento da capacidade técnica e institucional dos municípios nas áreas de planejamento e gestão territorial, as seguintes atividades tiveram destaque:
- Gestão de 12 convênios firmados em 2007 relativos à Assistência Técnica para Implementação de Instrumentos de Acesso à Terra urbanizada dos Planos Diretores Participativos - Implementação de Zonas Especiais de Interesse Social - beneficiando 13 municípios.
- Gestão de 2 convênios com os governos dos estados de Pernambuco e Mato Grosso para desenvolvimento de atividades de Assistência Técnica e Capacitação em nível supralocal e micro-regional, beneficiando 1 município com a elaboração do Plano Diretor Participativo e 13 municípios com apoio à Implementação de Instrumentos do Estatuto da Cidade.
- Gestão do projeto de cooperação técnica com o Ministério do Meio Ambiente para a elaboração de 7 Planos Diretores com ênfase em sustentabilidade ambiental - Projeto TAL ambiental.
- Gestão do Projeto Rede Nacional Planos Diretores Participativos para avaliação de 526 planos diretores e desenvolvimento de atividades de capacitação descentralizada.

No que se refere ao fortalecimento institucional para a gestão urbana:
- Curso de capacitação sobre o aplicativoTerraViewCidades com servidores de 16 municípios da mesorregião de Marajó e 2 do Arquipélago de Marajó - AMAM situado no Pará;
- Conferência Mundial sobre o desenvolvimento das cidades;
- Seminário da cooperação Brasil - França para desenvolvimento Urbano;
- 8 oficinas Estaduais de Educação Ambiental e mobilização social em saneamento;
- XI Marcha a Brasília em defesa dos municípios;
- 2 oficinas de tributação Imobiliária edição de 2 vídeos e Diagração e impressão de dois livros sobre as mesmas.
- 1º curso de Educação Ambiental do Riacho Fundo II;
- Seminário "Experiências da capacitação PROEXT MEC/cidades - SNIC";
- 8º Congresso nacional do movimento Nacional na luta pela moradia e fórum social mundial.
- Edição de imagem para a elaboração de um vídeo/DVD do módulo básico sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- Confecção de 6000 bolsas do Programa Nacional de capacitação das Cidades;
- 1 oficina sobre a intersetorialidade das políticas Públicas na Mediação dos Conflitos Fundiários Urbanos;

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: Em algumas ações, o contigenciamento de recursos ao longo do ano impediu que novos contratos de repasse fossem firmados, interferindo sobremaneira nos resultados físicos e financeiros. Dos recursos empenhados, grande parte foi executada, considerando o conjunto das ações.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Promover a capacitação institucional e democratizar o acesso à informação para o planejamento e gestão urbana, e incentivar a

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: No que se refere à implementação do Estatuto das Cidades, destaque para os avanços na avaliação dos planos diretores no âmbito da Rede Nacional Planos Diretores Participativos, na consolidação de uma metodologia de elaboração de Planos

Diretores com ênfase na sustentabilidade ambiental, no apoio técnico na formulação de proposta do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, no apoio técnico na formulação de política do Governo Federal para o ordenamento territorial urbano na Amazônia Legal, no apoio técnico para a formulação e implementação da política nacional de prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos. Todas estas ações estão alinhadas ao princípio do direito à cidade e ao acesso à terra urbana e bem localizada.

3. Cobertura do Público Alvo

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

Cobertura do Público Alvo: Dentro do esperado

Justificativa: Apesar dos reduzidos recursos disponíveis e empregados em 2008, as atividades relativas à implementação do Estatuto da Cidade tiveram um alcance considerável devido, sobretudo, às atividades da Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos. A primeira meta deste projeto foi concluída, tendo sido a Rede instituída, os 526 municípios selecionados, os roteiros de pesquisa elaborados e os pesquisadores selecionados. A segunda meta está em curso, tendo sido iniciada a análise dos planos diretores.

4. Satisfação dos Beneficiários

O Programa Avalia a Satisfação dos Beneficiários? Não

Dificuladades para Avaliar a Satisfação do Beneficiário: A Secretaria Nacional de Programas Urbanos não possui infra-estrutura física e recursos humanos que permitam a realização desse tipo de avaliação para todo o Programa. No que se refere à implementação do Estatuto da Cidade, tal condição poderia ser superada através da constituição de uma rede de parceiros que facilitasse a interação dessa Secretaria com os Municípios. De certo modo, isso foi iniciado no projeto Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos na medida em que os Planos Diretores são analisados conjuntamente com seu processo de elaboração.
As dificuldades estão no acesso às informações dos Planos Diretores, das respectivas leis municipais e dos Conselhos de Política Urbana e à efetivação da gestão democrática, tanto nos municípios apoiados pelo programa, quanto naqueles que elaboram seus Planos Diretores sem recursos do programa.

5. Desenho do Programa Quanto aos Temas Transversais (Raça, Gênero, Pessoa com Deficiência e/ou Criança e Juventude)

Os Temas Transversais estão Contemplados no Âmbito do Programa? Não

6. Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa Apresenta Mecanismos de Promoção da Participação Social? Sim

Audiência Pública: Seguindo o estabelecido no Estatuto da Cidade e consubstanciado nas resoluções do Conselho Nacional das Cidades, o programa reforça a importância dos processos participativos na elaboração, revisão e implementação dos Planos Diretores, prevendo audiências públicas.

Consulta Pública: Na mesma linha que a justificativa anterior, o processo de elaboração e implementação dos Planos Diretores requer diversas consultas públicas junto à população.

Reunião com grupos de interesse: O processo de elaboração e implementação dos Planos Diretores envolve os diversos segmentos da sociedade, não somente em reuniões mas em diversas atividades, tais como capacitações.

Discussão em Conselho Setorial: Além da elaboração e implementação dos Planos Diretores, os conselhos municipais de política urbana estão envolvidos em todo o processo de implementação das políticas urbanas.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: A gestão democrática é um dos elementos fundamentais da política urbana e indispensável para a implementação do Programa, pois além de legitimar o processo de planejamento municipal na sua dimensão política, reforça a relevância do pacto social para o efetivo exercício do direito à cidade e para a universalização do acesso à terra urbanizada e bem localizada para todos.

Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

GERENTE DO PROGRAMA

RODRIGO JOSÉ PEREIRA-LEITE FIGUEIREDO

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito

PÚBLICO-ALVO

Governo

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R$2.344.216.523,0	Empenhado Liquidado: R$1.659.075.410,00 Pago Estatais: - Total: R$1.659.075.410,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - 0B16 (-/-)	0,00	0,00	-	35.110.070,00	34.105.695,00	97,14
Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - 1D73 (-/-)	25.110,00	3.819,00	15,21	2.256.966.334,00	1.580.030.135,00	70,01
Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - 1D73 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	25.110,00	3.819,00	15,21	2.256.966.334,00	1.580.030.135,00	70,01
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	360,00	372,00	103,33	400.995,00	382.883,00	95,48
Formulação e Acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - 4055 (projeto realizado/UNIDADE)	5,00	32,00	640,00	2.223.000,00	2.212.226,00	99,52
Fortalecimento da Política Nacional de Habitação - 1B25 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	7,00	0,00	0,00	2.000.000,00	165.977,00	8,30

Funcionamento do Conselho das Cidades - 4420 (CONSELHO MANTIDO/UNIDADE)	1,00	1,00	100,00	900.000,00	900.001,00	100,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	1.000.000,00	273.600,00	27,36
Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - 8785 (-/-)	0,00	0,00	-	25.885.451,00	24.713.428,00	95,47
Implantação do Sistema Nacional de Informações das Cidades - SNIC - 1B00 (Sistema Implantado /% de implantação)	26,00	36,00	138,46	2.619.427,00	1.649.353,00	62,97
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	2.929.910,00	1.300.000,00	44,37
Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização de Projetos de Desenvolvimento Urbano - 4511 (Instituição financeira remunerada/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	181.336,00	0,00	0,00
Reordenamento Institucional e Operacional do Setor de Saneamento - 3955 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	126,00	102,40	81,27	14.000.000,00	13.342.112,00	95,30
Índice médio geral de realização			**121,50**			**66,61**

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - 0B16 (-/-)	-	-	-	514.384.936,00	134.834.765,00	0,26
(RAP 2007) Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - 0B16 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	514.384.936,00	134.834.765,00	0,26
(RAP 2007) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	25.900,00	25.250,00	0,97
(RAP 2007) Formulação e Acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - 4055 (-/-)	-	-	-	285.140,00	80.252,00	0,28

(RAP 2007) Fortalecimento da Política Nacional de Habitação - 1B25 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	60.750,00	50.750,00	0,84
(RAP 2007) Funcionamento do Conselho das Cidades - 4420 (CONSELHO MANTIDO/UNIDADE)	-	-	-	78.500,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	59.600,00	49.600,00	0,83
(RAP 2007) Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - 8785 (-/-)	-	-	-	4.353.501,00	2.646.099,00	0,61
(RAP 2007) Implantação do Sistema Nacional de Informações das Cidades - SNIC - 1B00 (Sistema Implantado /% de implantação)	-	-	-	564.900,00	468.797,00	0,83
(RAP 2007) Levantamento de Informações da Infra-estrutura Física para o Planejamento Urbano e Territorial - 2400 (Mapa temático elaborado /UNIDADE)	-	-	-	9.839,00	9.637,00	0,98
(RAP 2007) Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização de Projetos de Desenvolvimento Urbano - 4511 (-/-)	-	-	-	54.841.366,00	8.302.217,00	0,15
(RAP 2007) Reordenamento Institucional e Operacional do Setor de Saneamento - 3955 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	39.262,00	3.292,00	0,08
Índice médio geral de realização			-			**0,51**

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Fonte:						
Medidas corretivas necessárias: não houve índice previsto para 2011						

CONTEXTUALIZAÇÃO

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - Síntese dos principais resultados obtidos pelas ações do Programa. Optou-se pela padronização das ações, pois todas são relevantes para o atendimento dos objetivos do Programa e estão no mesmo grau de importância: a) Reuniões do Conselho das Cidades, de grupos de trabalhos, que viabilizam o funcionamento do Conselho das Cidades e do processo das Conferências das Cidades (nacional, estadual e municipal), visando à elaboração e execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano; b) Apoio a atividades, projetos, eventos (seminários, cursos, congresso, oficinas, publicações diversas) de grupos sociais, instituições públicas e privadas (sem fins lucrativos) com temas diversos relacionados à regularização fundiária, habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana, como por exemplo: apoio a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento das Cidades, ao IV Congresso Nacional da Central de Movimentos Populares – CMP, ao 11º Encontro Nacional de Moradia Popular, ao Seminário Internacional Brasil-França sobre Gestão Metropolitana, ao Seminário Internacional de Locação Social, ao V Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico: O Direito Urbanístico nos 20 anos da Constituição Brasileira de 1988 – Balanço e Perspectivas - realizado em 2006; c) Desenvolvimento de projetos de extensão de 9 Instituições Federais de Ensino Superior - IFES aprovados no âmbito do Edital PROEXT - MEC-Cidades 01/2008, cujo objetivo é dotar/capacitar quadros das administrações municipais para lidar com sistemas de informações geográficas e insumos digitais empregando o ferramental de software oferecido pelo MCidades (GeoSNI/Terraview/Edit – Sistema Nacional de Informações das Cidades); d) Aquisição de lotes de imagens de satélite de alta resolução das regiões metropolitanas e de municípios com obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; e) Capacitação e desenvolvimento dos servidores do quadro de pessoal Ministério das Cidades; f) despesas em apoio à implementação do PAC; g) Assistência Técnica: Os principais beneficiados com as ações, compreendendo diagnósticos e estudos técnicos voltados para a organização, planejamento, reestruturação e modernização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, foram: os estados: Bahia; Mato Grosso; Minas Gerais; Pernambuco; Piauí; Rio Grande do Norte; Rio Grande do Sul; Roraima. Municípios: Barbacena/MG; Birigui/SP; Caxias do Sul/RS; Guaratinguetá/SP; Itabirito/MG; Ituiutaba/MG; Santo André/SP; São Bento do Sul/RS; Sorocaba/SP; Viçosa/MG e 33 municípios da região sul do estado e o próprio estado do Piauí, que compõem o consórcio de saneamento do sul do Piauí – CORESA SUL DO PI.. Prestadores de serviços: EMBASA/BA, CAERN/RN; CAER/RR; COMPESA/PE COPASA/MG; CORSAN/RG; DEMASA (Barbacena/MG), SAAE (Itabirito/MG), SANAB (Birigui/SP); SAMAE (Caxias do Sul/RS); SAEG (Guaratinguetá/SP); SAE (Ituiutaba/MG); SEMASA (Santo André/SP); SAMAE (São Bento do Sul/SC); SAAE (Sorocaba/SP); SAAE (Viçosa/MG). Agências reguladoras: ABAR; ADASA/DF; ARSBAN/Natal, ARPE/PE; AGR/GO; ARCE/CE; ARSESP/SP; AGESC/SC; AGER/MT; h) Principais estudos finalizados:

- Desenvolvimento e implantação de sistema de informações para a modernização da gestão comercial e operacional dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados por empresas concessionárias estaduais e por empresas e serviços municipais (Sistema de Gestão – GSAN);
- Avaliação do impacto da participação do setor privado na provisão dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Brasil;
- Implementação e execução das ações do Projeto Demonstrativo Técnico e Institucional visando o Gerenciamento Integrado de Perdas de Água e Uso Eficiente de Energia Elétrica nos Sistemas de Abastecimento, atualmente denominado Projeto COM+ÁGUA;
- Elaboração de uma Série de Cadernos sobre Sistemas Condominiais, com autoria de José Carlos Melo, e discussão com um grupo de especialistas; Estudo sobre “Municipalização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Estado do Mato Grosso: Diagnóstico, Lições e Perspectivas;

Principais estudos em andamento:

- Projetos de Aplicação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo na Redução de Emissões em Aterros de Resíduos Sólidos – Componente – Estudos de viabilidade;
- Desenvolvimento do "Sistema de Avaliação da Satisfação dos Usuários de Serviços de Saneamento – SASS";
- Estudo sobre a "Avaliação de Controle e Vigilância da Qualidade da água para consumo humano – Portaria MS no 518/2004";
- Análise exploratória dos indicadores do SNIS – Análise dos componentes e dos escores fatoriais para os dados do ano de referência - 2006.

Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS/PMSS

- Atualização e lançamento do aplicativo Série Histórica com Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos e (1995-2006) e Diagnóstico de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos, do período de para o Ano de Referência de 2006 (2002-2006).

Componente Água e Esgotos:

- continuidade na administração, manutenção e atualização do SNIS, e utilização do novo programa de coleta de informações, preparação e continuidade da coleta de dados de 2007 sobre a prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;
- realizadas as atividades para apresentação do Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2007, com lançamento previsto para início de 2009;
- verificação e consolidação dos dados do ano de referência 2007 recebidos;
- acréscimo substancial na amostra de dados municipais, que alcançou 4.680 (serviços locais) municípios brasileiros no ano-base 2007;
- mudança de tecnologia migrando o Banco de Dados de Access para MYSQL;

Componentes Resíduos Sólidos Urbanos – RSU:

- continuidade na administração, manutenção e atualização do SNIS, com revisão do programa de coleta de informações como ocorre para cada ano de referência;
- continuidade no desenvolvimento dos trabalhos sobre o Componente de Resíduos Sólidos do SNIS, com a coleta de dados ano de referência 2007;
- para o ano de referência 2007, os municípios convidados a participarem da amostra foram 418 municípios, sendo que no momento ocorre o processo de recebimento das respostas;
- em termos percentuais relativos, a amostra de municípios convidados teve um aumento de 21% entre o ano de 2006 e o ano de 2007;
- em julho de 2008 foi publicado e lançado o Diagnóstico dos Serviços de Resíduos Sólidos – 2006, e em análise as informações enviadas pelos prestadores de serviço relativo ao ano de referência 2007 e em preparação o diagnóstico de RS do respectivo ano.

i) Capacitação e Regulação

Cooperação Brasil – Itália: quarta edição do curso Gestão Integrada em Saneamento na UNB, com formato de Especialização.

Principais eventos relacionados à capacitação do setor:

Cooperação Brasil- Itália:

- Encontro Técnico: Novas Soluções para a Gestão das Águas Urbanas no Brasil:

"Política e planos de saneamento básico no Brasil a partir da Lei 11.445/07, com foco na drenagem e manejo das águas pluviais";
"Projeto Piloto - Belo Horizonte - Técnicas Compensatórias em Drenagem Urbana";
"Projeto Piloto - Recife - Controle de Inundação em Área Densamente Urbanizada";

- Missão Técnica Italiana ao Brasil:

"Estudo Piloto - Recife - Bairro do Espinheiro: Rua Conselheiro Portela, Rua Santo Elias e adjacências";
"Projeto Piloto - Santo André - Reservatório de Detenção Bom Pastor - Situação do Projeto".

Seminário – Estudos do PMSS: subsídios às políticas públicas em saneamento básico no Brasil;

Lançamento do Curso 2008 - "Cooperação Brasil-Itália em Saneamento Ambiental" - Universidade de Brasília;

Lançamento do “Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS” – Componente Água e Esgoto e Resíduos Sólidos;
Seminário Nacional Gerenciamento Integrado do Controle e Redução de Perdas de Água e do Uso Eficiente de Energia Elétrica, abril/2008.
j) Principais publicações técnicas:
Diagnóstico dos Serviços de Resíduos Sólidos – Ano de Referência 2006, no âmbito do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), agosto de 2008;
Resíduos sólidos domiciliares: um programa de coleta seletiva com inclusão social, de autoria de Rosimeire Suzuki , parceria do PMSS com a Prefeitura de Londrina/PR;
Publicação dos “Questionários para avaliação da qualidade da água – Prestadores de Serviço e Secretaria Municipal de Saúde”, maio de 2008;
Livro:"Sistemas Condominiais – Uma resposta ao desafio da universalização do saneamento";
Redação dos textos para versão final, Editoração eletrônica e publicação da Revista Saneamento para Todos no. 05 - COM + ÁGUA;
Publicados trabalhos desenvolvidos no âmbito do Projeto Com+Água: Logomarca; Boletins Eletrônicos números 03 e 04; Diversas edições do Newsletter do Projeto Com+Água;
Material pedagógico (audiovisual e expositivo), voltado para aspectos do Projeto Com+Água, destinado aos consultores externos do Projeto: Conceitos, Metodologia e Mobilização Social;
Material jornalístico para a difusão das ações da SNSA e PMSS (releases, artigos, etc.);
Redação, revisão e edição de textos em geral, confecção de banners produzidos no âmbito do PMSS;
l) Apoio à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA/MCIDADES
Dentre as principais ações de apoio às atividades da SNSA, destacamos:
- Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA:
- Elaboração das publicações: Experiências do Gespública em Pirapora, Rondonópolis e Atibaia e Caderno Metodológico;
- Análise de projetos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC;
- Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB: Abastecimento de Água; Esgotamento Sanitário; Manejo das Águas Pluviais Urbanas; Manejo dos Resíduos Sólidos Urbanos e Gestão dos serviços;
- Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental – ReCESA.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: O programa em questão possui a peculiaridade de conter ações com características bem diversas. Pois tanto é composto por ações que apóiam atividades que visam o desenvolvimento do pessoal que trabalha no Órgão, que visam à manutenção de atividades internas e que dão suporte a outras atividades do próprio programa e de outros que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas, como pelas que promovem ou apóiam atividades/projetos que visam o planejamento, o desenvolvimento urbano nas áreas de habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito. Neste programa existem ações que não possuem metas físicas e como o programa não possui indicadores de desempenho, a forma mais fácil de avaliarmos suas ações é por meio do nível de atingimento de suas metas físicas e, quando estas não existem, por meio das metas qualitativas (neste caso são traçadas pelo Gestor de cada área responsável pela ação, de acordo com as necessidades de execução). Vale ressaltar, ainda, que todas as ações são importantes para os resultados gerais do programa, todas possuem relevância dentro do que se propõem.
Observa-se que algumas ações não foram executadas/desenvolvidas conforme o programado, devido, principalmente: a entraves jurídicos e burocráticos que conferiram morosidade aos procedimentos necessários como é o caso da AÇÃO 1B25 _

Fortalecimento da Política Nacional de Habitação, criada para desenvolver o projeto que teve como origem o contrato de empréstimo denominado Empréstimo de Assistência Técnica do Setor Habitacional (Technical Assistance Loan - TAL), firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD firmaram, em 21 de setembro de 2006.

2. Grau de Contribuição dos Resultados do Programa para o Alcance do Objetivo Setorial

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Formular e implementar a Política e o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e as Políticas Setoriais do Ministério, de

Grau de Contribuição dos Resultados do Programa para o Alcance do Objetivo Setorial: Acima do esperado

Justificativa: Conforme descrição de alguns resultados do programa no item anterior, cujo objetivo de "coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito" se encontra em sintonia com o objetivo setorial.

3. Cobertura do Público Alvo

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

Cobertura do Público Alvo: Abaixo do esperado

Justificativa: Resposta levou em consideração o percentual de recursos utilizado para a execução das ações do programa.

4. Satisfação dos Beneficiários

O Programa Avalia a Satisfação dos Beneficiários? Não

Dificuladades para Avaliar a Satisfação do Beneficiário: Como não é um programa finalístico, somente em algumas ações e atividades é possível avaliar a satisfação dos beneficiários e não no programa como um todo.

5. Desenho do Programa Quanto aos Temas Transversais (Raça, Gênero, Pessoa com Deficiência e/ou Criança e Juventude)

Os Temas Transversais estão Contemplados no Âmbito do Programa? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Raça: As ações 4055 e 1D73 apoiaram vários eventos que tiveram a participação de movimentos populares.

Pessoa com Deficiência: As ações de mobilidade urbana levam em consideração as necessidades e os direitos das pessoas com deficiência física.

6. Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa Apresenta Mecanismos de Promoção da Participação Social? Sim

Reunião com grupos de interesse: Algumas ações do programa apoiaram em 2008 eventos (encontros, seminários, oficinas, congressos, reuniões) com grupos sociais, populares, cujo objetivo foi discutir as diversas iniciativas de inovação e transformação social que vêm surgindo nos últimos anos, criando um ambiente de reflexão coletiva, de discussão e apresentação de experiências, que permita uma abordagem da temática do desenvolvimento de cidades de modo mais orgânico ou sistêmico, focalizando, para tanto, quatro grandes temas centrais: 1) Direito à Cidade (Políticas Locais sobre Direitos e Responsabilidades dos Cidadãos); 2) Governança e Democracia em Cidades (Experiências Inovadoras de Gestão e Participação Democrática); 3) Desenvolvimento Local em Cidades; e 4) Sustentabilidade e Cidade-Rede, dentre outros.

Discussão em Conselho Setorial: As próprias reuniões, encontros e conferências promovidas pela Secretaria Executiva do Conselho das Cidades, no âmbito da Ação 4420 (- Funcionamento do Conselho das Cidades).

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Todas os eventos, projetos e atividades apoiados no âmbito do programa, trouxeram experiências para as áreas e grupos envolvidos em geral e contribuíram de alguma maneira para a discussão e elaboração das políticas relacionadas com os setores envolvidos.

Habitação de Interesse Social

Gerente do Programa

Inês da Silva Magalhães

Objetivo

Ampliar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural

Público-Alvo

Famílias com renda familiar até 5 salários mínimos

Execução do Programa

Quadro Síntese da Execução Financeira

Autorizado (LOA + Créditos): R$937.978.389,00	Empenhado Liquidado: R$713.274.849,00 Pago Estatais: - Total: R$713.274.849,00
Previsto não orçamentário R$4.236.917.615,00	**Realizado não orçamentário** R$5.213.720.747,34

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social - 8875 (plano elaborado/UNIDADE)	1.657,00	161,00	9,72	30.000.000,00	29.580.061,00	98,60
Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social - 10SJ (Família beneficiada/UNIDADE)	22.627,00	2.796,00	12,36	430.557.299,00	426.049.788,00	98,95
Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social no Estado do Acre - 7L50 (Família beneficiada/UNIDADE)	1.412,00	0,00	0,00	27.421.090,00	10.000.000,00	36,47
Arrendamento Residencial (PAR) - 9483 (Família beneficiada/UNIDADE)	26.665,00	11.915,00	44,68	799.999.999,00	437.874.494,93	54,73
Financiamento a Pessoas Físicas com Renda até 5 Salários Mínimos para Construção, Reforma ou Aquisição de Imóvel Novo ou Usado (Carta de Crédito) - 9558 (Família beneficiada/UNIDADE)	174.344,00	125.815,00	72,16	2.963.835.225,00	4.168.179.000,00	140,63

Financiamento a Pessoas Físicas Organizadas em Cooperativas e Associações Populares (Crédito Solidário) - 9560 (Família beneficiada/UNIDADE)	13.333,00	8.136,00	61,02	200.000.000,00	144.189.158,15	72,09
Financiamento a Pessoas Jurídicas para Construção Habitacional para Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos (Apoio à Produção) - 9561 (Família beneficiada/UNIDADE)	4.741,00	1.603,00	33,81	94.840.203,00	75.686.000,00	79,80
Financiamento ao Poder Público para Provisão Habitacional de Interesse Social (Pró-Moradia) - 9559 (Família beneficiada/UNIDADE)	8.913,00	0,00	0,00	178.242.188,00	387.792.094,26	217,56
Subsídio à Habitação de Interesse Social (Lei nº 10.998, de 2004) - 0703 (-/-)	0,00	0,00	-	450.000.000,00	247.645.000,00	55,03
Índice médio geral de realização			**29,22**			**94,88**

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social - 0B62 (-/-)	-	-	-	35.677.744,00	22.453.745,00	0,63
(RAP 2007) Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social - 0B62 (plano elaborado/UNIDADE)	-	-	-	35.677.744,00	22.453.745,00	0,63
(RAP 2007) Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda - 0648 (-/-)	-	-	-	117.791.530,00	35.149.533,00	0,30
(RAP 2007) Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda - 0648 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	117.791.530,00	35.149.533,00	0,30
(RAP 2007) Subsídio à Habitação de Interesse Social (Lei nº 10.998, de 2004) - 0703 (-/-)	-	-	-	296.674.000,00	284.094.305,00	0,96
Índice médio geral de realização			-			**0,56**

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 3 Salários Mínimos - UNIDADE	7.136.137,00	31/12/2005	7.287.551,00	09/2007	4.886.666,00	Média
Fonte: Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da PNAD						
Medidas corretivas necessárias: Aumento do volume de subsídios disponíveis para o acesso à moradia das famílias com renda até 3 salários mínimos.						

Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos - UNIDADE	7.610.299,00	31/12/2005	7.287.551,00	09/2007	5.211.361,00	Média
Fonte: Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da PNAD						
Medidas corretivas necessárias: Aumento do volume de subsídios disponíveis para o acesso à moradia das famílias com renda até 3 salários mínimos.						

CONTEXTUALIZAÇÃO

O déficit quantitativo habitacional brasileiro da ordem de 7,9 milhões implica na necessidade de construção de novas moradias, tanto para a reposição (domicílios rústicos e domicílios depreciados pela idade) como para o incremento (domicílios improvisados, domicílios com coabitação familiar e domicílio com ônus excessivo de aluguel) do estoque existente.

A produção de moradias dotadas de infra-estrutura para a população com renda até 5 (cinco) salários mínimos apresenta vários problemas relacionados à baixa participação dos setores empresarial e cooperativo (estima-se que 70% das novas moradias são produzidas por autogestão), dos baixos padrões de tecnologia aplicada na produção de moradias, de um passivo financeiro elevado.

Há que se considerar que, historicamente, as fontes de financiamento da Política Habitacional não aportaram recursos suficientes para o atendimento de parcela significativa da demanda constituída pela população com renda familiar de até 5 salários-mínimos, extrato onde se concentra o déficit habitacional.

Importa registrar a existência no país de um expressivo número de imóveis urbanos vagos que não estão necessariamente ajustados à demanda habitacional, tanto no que se refere a sua adequação para moradia como para atendimento dos grupos sociais mais carentes.

Em termos relativos, o déficit habitacional equivale a 14,9% dos domicílios particulares permanentes brasileiros; proporção ligeiramente inferior nas áreas urbanas (14,3%) e ligeiramente superior em áreas rurais (18,2%). A expressão relativa do déficit habitacional tende a ser maior nos estados nordestinos e áreas urbanas do Norte. Esta percentagem é de 13,7% nas áreas metropolitanas, tendendo, também, a ser mais expressivo naquelas localizadas nas Regiões Norte e Nordeste.

1. Principais Resultados Obtidos em 2008

Principais Resultados Hierarquizados:

1 - As ações 9558 - Financiamento a Pessoas Físicas com renda até 5 S.M. "carta de crédito", com recursos do FGTS, e a ação 0703 - Subsídio à Habitação de Interesse Social, tiveram êxito quanto às metas financeiras previstas. Cabe destacar que a ação "carta de crédito" com uma previsão de meta financeira de R$ 2.963.835.225,00, alcançou o valor de R$ 4.168.179.000,00 realizado, 140,63% acima do previsto. As demais ações, também apresentaram desempenho satisfatório .
Na ação 8875 -Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social, que tem por objetivo apoiar Municípios,Estado e o Distrito Federal na elaboração de Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS, empenhou-se R$ 29.580.060, ou seja, 98,6% do previsto.De acordo com o agente operador do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, há 1.156 contratos ativos para a elaboração dos planos habitacionais, dos quais 209 encontram-se com os serviços iniciados e 22 foram entregues.
Na ação 10SJ - Apoio à Provisão Habitacional de Interesse social, houve empenho de R$ 426.049.788,94, equivalente a 98,95% do previsto.

Obtenção dos Resultados: Dentro do esperado

Justificativa: A concessão de subsídio nas operações das ações carta de crédito, com recursos do FGTS, bem como a contratação de operações com recursos do OGU, não onerosos para os beneficiários, na ação Subsídio à Habitação de Interesse Social, contribuíram para o alcance dos resultados deste Programa, considerando-se nesta avaliação de resultado, a expressiva demanda por moradias existente nessa faixa mais baixa de renda.

2. Grau de Contribuição dos Resultados do Programa para o Alcance do Objetivo Setorial

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Implementar a política habitacional visando ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas

Grau de Contribuição dos Resultados do Programa para o Alcance do Objetivo Setorial: Acima do esperado

Justificativa: As Ações que compõem o Programa viabilizam o acesso da população de baixa renda à habitação digna, regular e dotada de serviços públicos com padrões de segurança e salubridade, promovendo o atendimento habitacional qualificado nos parâmetros e critérios definidos na Política Nacional de Habitação, com ampliação do crédito e oferta de subsídios às famílias de renda até 5 salários mínimos.

3. Cobertura do Público Alvo

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

Cobertura do Público Alvo: Acima do esperado

Justificativa: A cobertura do programa tem como objetivo e meta o atendimento à família de renda até 5 salários mínimos, onde o déficit habitacional do país é de 92%.

4. Satisfação dos Beneficiários

O Programa Avalia a Satisfação dos Beneficiários? Não

Dificuladades para Avaliar a Satisfação do Beneficiário: Entre as ações operadas de forma estruturada, somente na ação Arrendamento Residencial o agente financeiro responsável pela execução do programa (CAIXA) promoveu, nos anos de 2004 e 2006, pesquisa de satisfação junto aos arrendatários com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR. As demais ações, principalmente por se caracterizarem por operações individualizadas, dificultam a aplicação de pesquisa pós-ocupação.

5. Desenho do Programa Quanto aos Temas Transversais (Raça, Gênero, Pessoa com Deficiência e/ou Criança e Juventude)

Os Temas Transversais estão Contemplados no Âmbito do Programa? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Pessoa com Deficiência: Atendimento previsto no Decreto 5.296/04 em todas as ações de promoção de habitação de interesse social.

COMENTÁRIOS: Atendimento habitacional ao idoso, conforme estabelecido no previsto no Estatuto do Idoso Lei 10.741/03

6. Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa Apresenta Mecanismos de Promoção da Participação Social? Sim

Reunião com grupos de interesse: No âmbito das ações que compreendem a implantação de empreendimentos habitacionais é realizado Trabalho Técnico Social, com diversas atividades executados com a participação dos grupos de famílias beneficiadas. Nos projetos contratados na ação "Credito Solidário", existem 02 comissões de acompanhamento: Obras e Empreendimento, composta de por mínimo 03 beneficiários em cada uma.

O Conselho Gestor do FNHIS possui representantes de entidades da área dos movimentos populares, empresariais, dos trabalhadores, da área profissional acadêmica ou de pesquisa, e de organização não-governamental, que são definidos pelo Conselho das Cidades, além de representantes do Poder Público Estadual,do Distrito Federal, do Poder Público Municipal ou de suas entidades civis de representação.

Contribuições da Participação Social para os Resultados do Programa: Revisões sistemáticas nas diretrizes das ações, em especial, a ação "Crédito Solidário."

Habitação de Mercado

GERENTE DO PROGRAMA

Inês da Silva Magalhães

OBJETIVO

Ampliar o mercado imobiliário propiciando novas formas de acesso ao financiamento habitacional

PÚBLICO-ALVO

Famílias com renda superior a 5 salários mínimos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): -	Empenhado Liquidado: - Pago Estatais: - Total: -
Previsto não orçamentário R$12.579.238.876,00	**Realizado não orçamentário** R$30.989.634.316,72

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Antecipação de Recebíveis Imobiliários (Construgiro) - 9517 (Financiamento concedido/UNIDADE)	600,00	1.471,00	245,17	720.000.000,00	728.844.414,76	101,23
Financiamento a Pessoa Física com Renda acima de 5 Salários Mínimos para Construção, Reforma ou Aquisição de Imóvel Novo ou Usado (Carta de Crédito) - 9570 (Família beneficiada/UNIDADE)	39.516,00	57.477,00	145,45	987.945.074,00	3.426.140.000,00	346,79
Financiamento a Pessoas Jurídicas para Construção Habitacional para Famílias com Renda acima de 5 Salários Mínimos (Apoio à Produção) - 9572 (Família beneficiada/UNIDADE)	8.851,00	3.273,00	36,98	221.293.801,00	414.353.000,00	187,24
Financiamento Imobiliário Habitacional (SBPE) - 90E8 (Família beneficiada/UNIDADE)	288.568,00	248.900,00	86,25	10.100.000.001,00	25.118.924.531,00	248,70

Financiamento para Compra de Material de Construção (Construcard) - 9516 (Financiamento concedido/UNIDADE)	39.100,00	101.023,00	258,37	550.000.000,00	1.301.372.370,96	236,61
Índice médio geral de realização			**154,44**			**224,12**

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Esse programa não possui ações RAP						

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 5 Salários Mínimos - UNIDADE	292.400,000	31/12/2005	276.927,000	09/2007	200.229,000	Alta
Fonte: IPEA/IBGE com base nos micro dados da PNAD mais recentes disponíveis						
Medidas corretivas necessárias:						

Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 10 Salários Mínimos - UNIDADE	63.222,000	31/12/2005	72.875,000	09/2007	43.293,000	Alta
Fonte: IPEA/IBGE com base nos micro dados da PNAD mais recentes disponíveis						
Medidas corretivas necessárias:						

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Política Nacional de Habitação instituiu as diretivas para a consolidação das duas linhas estruturantes de atuação e de subdivisão do Sistema Nacional de Habitação, quais sejam: o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS e o Sistema Nacional de Habitação de Mercado, diferenciados nas fontes de recursos, nas formas e condições de financiamento e no direcionamento de subsídios.

O Sistema de Habitação de Mercado - SHM objetiva reorganizar o mercado privado em ambiente estável, facilitando a promoção imobiliária. Como foco de atuação privilegia a ampliação das formas de captação de recursos e a inclusão de novos agentes, visando estender o atendimento à parcela da população em condições de arcar com a aquisição do imóvel por meio de financiamento imobiliário. Participam desse sistema os bancos múltiplos, as companhias hipotecárias, as companhias securitárias, as cooperativas de crédito habitacional, os consórcios imobiliários e os agentes promotores de empreendimentos no setor.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - Programa estruturado para atuar nas seguintes frentes: financiamento a pessoas físicas para aquisição de imóvel novo ou usado, construção, reforma ou ampliação e aquisição de material de construção com recursos da Caderneta de Poupança/CAIXA e do FGTS, bem como financiamentos a pessoas jurídicas para construção de moradias com recursos do FGTS e antecipação do fluxo de caixa de empresas privadas do ramo da construção civil, este com recursos da CAIXA.

Das ações que compõem o programa, as ações operadas exclusivamente pela CAIXA (Construgiro e Construcard) atingiram contratação da ordem de R$ 2,029 bilhões. Vale destacar que, além das operações concretizadas pela CAIXA, o volume de novas contratações de crédito imobiliário feitas pelos agentes do SBPE, que operam com recursos das cadernetas de poupança, atingiu R$ 28,9 bilhões no ano de 2008, 64,49% acima de 2007 beneficiando 294,8 mil famílias, com aumento de 52,35% em relação a 2007.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: O resultado consolida a retomada do crédito imobiliário, baseada, principalmente, na estabilidade econômica e na recuperação da renda real das famílias. As ações de antecipações de recebíveis imobiliários (9517) e financiamento para compra de materiais de construção (9516), que na média superaram a meta física em 158%. Ainda, no âmbito destas ações a meta financeira foi superada, na média, em 160%. As ações 9570, 9572 e 90E8 obtiveram uma evolução de 256%, na média, impulsionadas pela oferta de créditos ao setor.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Ampliar o mercado imobiliário para atendimento às faixas de renda média e média baixa

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: O programa, que se destina ao atendimento de famílias com renda acima de 5 salários mínimos, alcançou 258% e 302% das metas financeira e física, respectivamente.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: A superação das metas no ano ora avaliado demonstra a capacidade dos agentes financeiras em ofertar crédito imobiliário ao público-alvo do programa.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULADADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: As ações deste programa se caracterizam por operações individualizadas, realizadas por diversas Instituições Financeiras, concedentes dos créditos imobiliários, dificultando a aplicação de pesquisa pós-ocupação. Ainda, no ano avaliado, não foi disponibilizado recursos orçamentários

para contratação de serviços de pesquisa de satisfação.

5. Desenho do Programa Quanto aos Temas Transversais (Raça, Gênero, Pessoa com Deficiência e/ou Criança e Juventude)

Os Temas Transversais estão Contemplados no Âmbito do Programa? Não

6. Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa Apresenta Mecanismos de Promoção da Participação Social? Não

Dificuldades para Implementação de Mecanismos de Participação Social: As diretrizes das ações deste programa são formuladas pelas Instituições Financeiras concedentes das operações de crédito imobiliário.

Mobilidade Urbana

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Carlos Bueno de Lima

OBJETIVO

Promover a melhoria da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transporte metro-ferroviários por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas

PÚBLICO-ALVO

População urbana de municípios com mais de 60 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R$459.824.042,00	Empenhado Liquidado:	R$116.571.571,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$116.571.571,00
Previsto não orçamentário R$900.000.000,00	**Realizado não orçamentário** -	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Adequação de Vias Urbanas na Região Metropolitana de Campo Grande - MS - 7L54 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	30,00	0,00	0,00	15.015.940,00	0,00	0,00
Adequação de Vias Urbanas na Região Metropolitana de Salvador - BA - 7L52 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	58,00	3,00	5,17	29.080.363,00	16.580.363,00	57,02
Apoio à Conclusão do Tunel II (Joá Penteado) do Corredor Estrutural de Transporte Coletivo Rodoviário de Campinas - SP - 7L62 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	1,00	1,00	100,00	17.349.564,00	16.811.600,00	96,90
Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano - 10SR (projeto elaborado/UNIDADE)	10,00	0,00	0,00	1.460.000,00	0,00	0,00

Apoio à Implantação da Linha 3 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro - Ligação Rio-Niterói-São Gonçalo - RJ - 7H24 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	8,00	0,00	0,00	61.035.638,00	20.000.000,00	32,77
Apoio à Implantação da Linha 4 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro - Centro do Rio - Barra da Tijuca - RJ - 7H25 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	4,00	0,00	0,00	16.035.638,00	0,00	0,00
Apoio à Implantação de Corredor Estrutural de Transporte Coletivo Rodoviário na Região Metropolitana de Belo Horizonte - MG - 7L55 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	22.754.277,00	0,00	0,00
Apoio à Implantação de Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano - Trecho Parque Dom Pedro II - Tiradentes - SP - 7K03 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	23.849.563,00	0,00	0,00
Apoio a Implantação de Medidas de Moderação de Tráfego - 2D47 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	1,00	1,00	100,00	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00
Apoio à Implantação do Corredor Estrutural de Transporte Coletivo Rodoviário do Rio de Janeiro (Sistema T5) - Terminal da Alvorada da Barra da Tijuca ao Terminal da Penha - RJ - 7K08 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	21.035.638,00	0,00	0,00
Apoio à Implantação do Corredor Estrutural de Transporte Coletivo Rodoviário na Parte Alta de Maceió - AL - 7L51 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	1,00	1,00	100,00	17.500.001,00	4.000.000,00	22,86
Apoio à Implantação do Novo Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo para a Interligação Centro-Mauá-Rio Grande da Serra - 7L60 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	6,00	0,00	0,00	25.849.563,00	0,00	0,00
Apoio à Implantação do Projeto de Melhoria da Acessibilidade Viária à Zona Sul do Recife - VIA MANGUE - 7L56 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	26.471.949,00	0,00	0,00

Apoio à Implantação do Trecho Vitória-Serra do Sistema de Veículo Leve sobre Trilhos na Região Metropolitana de Vitória - ES - 7L53 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	2,00	0,00	0,00	21.198.381,00	0,00	0,00
Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Linhas e Trechos de Sistemas de Trens Urbanos de Estados e Municípios - 0E28 (-/-)	0,00	0,00	-	35.000.000,00	30.000.000,00	85,71
Apoio à Obra de Interligação da Avenida Tancredo Neves ao Bairro Farolândia em Aracaju - SE - 7L57 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	19.000.000,00	0,00	0,00
Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano - 0590 (-/-)	0,00	0,00	-	166.400,00	0,00	0,00
Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano - 10SS (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	39,00	14,00	35,90	41.881.563,00	11.646.700,00	27,81
Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados - 10ST (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	73,00	3,00	4,11	18.550.000,00	1.999.600,00	10,78
Apoio às Obras de Implantação de Ligações Urbanas Alternativas entre as Vias Dutra, Airton Sena e Avenida Papa João Paulo - Guarulhos - SP - 7L61 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	62,00	0,00	0,00	30.849.564,00	0,00	0,00
Apoio às Obras de Interligação Rodoviária Mauá-Guarulhos - Avenida Jacu-Pêssego - SP - 7J94 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Estudos para Elaboração de Planos Diretores Integrados de Mobilidade Urbana para Áreas Metropolitanas - 2D29 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	14,00	1,00	7,14	14.200.000,00	14.200.000,00	100,00
Financiamento à Infra-estrutura da Mobilidade Urbana - PROMOB - 9A37 (Financiamento concedido/UNIDADE)	100,00	48,00	48,00	300.000.000,00	0,00	0,00
Financiamento de Infra-estrutura de Transporte Coletivo Urbano (Pró-Transporte) - 9930 (Financiamento concedido/UNIDADE)	100,00	0,00	0,00	600.000.000,00	0,00	0,00

Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	540.000,00	333.308,00	61,72
Índice médio geral de realização			**18,20**			**24,82**

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano - 09GH (projeto elaborado/UNIDADE)	-	-	-	140.000,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Apoio à Implantação de Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano - Trecho Parque Dom Pedro II - Cidade Tiradentes - SP - 0B10 (Corredor implantado/% de execução física)	-	-	-	74.659.050,00	62.822.174,00	0,84
(RAP 2007) Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Linhas e Trechos de Sistemas de Trens Urbanos de Estados e Municípios - 0E28 (-/-)	-	-	-	280.000.000,00	239.500.000,00	0,86
(RAP 2007) Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Linhas e Trechos de Sistemas de Trens Urbanos de Estados e Municípios - 0E28 (TRECHO IMPLANTADO/UNIDADE)	-	-	-	280.000.000,00	239.500.000,00	0,86
(RAP 2007) Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano - 0590 (-/-)	-	-	-	80.746.600,00	11.312.824,00	0,14
(RAP 2007) Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano - 0590 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	80.746.600,00	11.312.824,00	0,14
(RAP 2007) Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados - 0596 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	2.038.333,00	147.079,00	0,07

(RAP 2007) Estudos para Elaboração de Planos Diretores Integrados de Mobilidade Urbana para Áreas Metropolitanas - 2D29 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	10.500.000,00	2.100.000,00	0,20
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	56.357,00	21.297,00	0,38
Índice médio geral de realização			-			**0,39**

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Coeficiente de Mobilidade Urbana - viagens ao dia/habitante	1,500	01/01/2002	0,000		2,000	Média
Fonte: Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana/Ministério das Cidades						
Medidas corretivas necessárias: Para que a medição do índice torne-se viável, é necessário mudá-lo, pois hoje, sua medição depende de pesquisa bastante complexa, o que a dificulta.						

CONTEXTUALIZAÇÃO

A ocupação das cidades de forma irracional e socialmente excludente e as dificuldades do poder público em garantir meios e sistemas adequados e suficientes para o deslocamento de pessoas, vêm gerando problemas expressivos na mobilidade e acessibilidade urbana. A alta densidade populacional existente nas Regiões Metropolitanas, a saturação das vias principais e de acesso às áreas centrais e o grande contingente populacional que reside em áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos, vêm comprometendo a qualidade de vida de toda a população urbana, assim como promovendo deseconomias importantes para os municípios componentes das Regiões Metropolitanas.

Os pedestres, as pessoas com restrição de mobilidade, os usuários e a população de baixa renda, residentes nas periferias das cidades, sofrem com maior intensidade os efeitos das deficiências dos sistemas de transportes urbanos. Os seus direitos básicos de cidadão, como o acesso à oportunidade de trabalho, aos serviços de saúde e educação e às atividades sociais, religiosas e de lazer, estão comprometidos.

Os serviços de transportes urbanos oferecidos nas cidades mostram deficiências no planejamento, gestão e na utilização de tecnologias, na inadequação do uso das vias, na inexistência de calçadas, vias e sinalização que permitam o deslocamento a pé ou de bicicleta, de forma segura, na inacessibilidade do uso dos transportes coletivos pela população de baixa renda, devido aos valores tarifários **praticados** pelas municipalidades incompatíveis com a renda desta população.

O tempo gasto em longos percursos e em congestionamentos, as perdas de vidas ocorridas nas vias urbanas, a impossibilidade de mobilidade das pessoas com deficiências, o alto gasto com energias não renováveis, as doenças causadas pela poluição ambiental, tendo os veículos de transporte como os principais agentes poluidores, são efeitos da insuficiência e inadequação dos sistemas de transportes coletivos urbanos adotados nas grandes cidades e regiões metropolitanas.

1. Principais Resultados Obtidos em 2008

Principais Resultados Hierarquizados:

1 - No ano de 2008 as principais realizações do Programa foram:
Na ação 2D29 - Estudos para Elaboração de Planos Diretores Integrados de Mobilidade Urbana para Áreas Metropolitanas,foram empenhados R$ 14.200.000,00 .
Alguns contratos e convênios foram assinados no final do ano:
Em 31/12/2008 foi assinado o contrato nº 0282932-13 com o Estado de Goiás, que tem como objeto estudos para elaboração de planos diretores integrados de mobilidade urbana para a área metropolitana. O contrato, que integra o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, beneficia o município de Goiânia-GO e tem vigência até 31/07/2010.
O convênio 001/2008, assinado em 30/12/2008 com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, engloba as ações orçamentárias 0E28 - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Linhas e Trechos de Sistemas de Trens Urbanos de Estados e Municípios,com empenho de R$ 30.000.000,00 e, 7H24 - Apoio à Implantação da Linha 3 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro - Ligação Rio-Niterói-São Gonçalo – RJ aonde foram empenhados R$ 20.000.000,00. O valor da contrapartida do contrato é de R$ 12.500.000,00. O convênio tem como objeto: estudos e levantamentos topográficos, geológicos e geotécnicos; elaboração de projeto executivo das estruturas da via elevada do trecho Barreto/Alcântra; e apoio à implantação da via elevada do trecho Barreto/Alcântra. Atualmente está sendo realizado o levantamento topográfico do trecho Barreto/Alcântra para definir o traçado da via e identificar as áreas invadidas e de desapropriações, bem como o projeto estrutural da via elevada.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Muito abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: A baixa execução deveu-se à limitação orçamentária.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Promover a cidadania por meio de acesso aos serviços de transportes públicos e mobilidade urbana e a integração à gestão do SNT

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: Apesar do limite orçamentário imposto ao programa, foram apoiadas 22 ações orçamentárias, cujos empenhos somaram R$ 116,6 milhões a serem investidos em projetos de qualificação da infraestrutura dos sistemas de transporte público de passageiros, como implantação, ampliação ou melhoria de Linhas e Trechos de Sistemas de Trens Urbanos de Estados e Municípios, bem como de corredores de ônibus, adequação de vias urbanas, sinalização, acessibilidade, implantação de abrigos, passarelas, passeios e ciclovias. No entanto, analisando a Execução Financeira, o empenho total realizado representa somente 25,3% do orçamento total aprovado inicialmente (LOA+Crédito).Os Restos a Pagar tiveram empenho significativo de R$ 315.903.374,00.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Muito abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: O desempenho abaixo da expectativa decorre de dois fatores: 1- Limite orçamentário e 2- A maioria dos contratos terem sido assinados entre os meses de setembro e dezembro.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULADADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: A avaliação é extremamente necessária e demanda pesquisa específica. A secretaria tem um programa de avaliação e monitoramento que buscará, entre outras informações, aquelas relativas à satisfação dos beneficiários, mas que ainda não foi realizada.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Pessoa com Deficiência: O programa tem como uma de suas diretrizes gerais o atendimento ao Decreto 5296/04. Portanto, todas suas ações devem apoiar projetos que estejam de acordo com as diretrizes. Além disso, a secretaria é responsável pela gestão da ação 10T2 - Apoio a projetos de acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência do Programa Nacional de Acessibilidade sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Gênero: Ao cumprir o decreto 5296/04, apóia também a implantação de infraestrutura urbana para as pessoas com restrição de mobilidade, e, portanto, as mulheres grávidas ou que carregam ou circulam com crianças de colo.

Criança e Juventude: Da mesma maneira que o programa pode beneficiar as mulheres, sobretudo as grávidas e as mães, o programa busca tornar o ambiente urbano menos agressivo para a circulação das pessoas, de modo a minimizar sobretudo os conflitos entre modos motorizados e não-motorizados (pedestres e bicicletas), e neste contexto, indiretamente, beneficiam principalmente as crianças e os jovens que, junto aos idosos e deficientes, são as pessoas que, por diversas razões, são as mais vulneráveis no trânsito.

6. Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa Apresenta Mecanismos de Promoção da Participação Social? Sim

Audiência Pública: O programa estabelece, dentre suas diretrizes gerais, que os projetos devem ser discutidos com a comunidade interessada utilizando os meios apropriados para isso, inclusive Audiência Pública.

Consulta Pública: O programa estabelece, dentre suas diretrizes gerais, que os projetos devem ser discutidos com a comunidade interessada utilizando os meios apropriados para isso, inclusive Consulta Pública.

Discussão em Conselho Setorial: O Conselho das Cidades, coordenado pelo Ministério das Cidades, é um canal aberto permanentemente para discussões sobre os programas existentes.

Comentários Adicionais: No caso dos projetos apoiados, a necessidade de participação social é uma das diretrizes gerais do programa, e no caso do desenvolvimento do Programa, as discussões podem surgir no âmbito das reuniões dos conselhos setoriais, no Conselho das Cidades.

Contribuições da Participação Social para os Resultados do Programa: Em geral o maior foco é para a ampliação de recursos para que o Programa possa atender um número maior de municípios com infraestrutura de transporte e mobilidade urbana.

Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H

GERENTE DO PROGRAMA

Inês da Silva Magalhães

OBJETIVO

Elevar os patamares da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda

PÚBLICO-ALVO

População de baixa renda (beneficiário final), profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas que compõem a cadeia da construção civil

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R$1.800.000,00	Empenhado Liquidado: R$55.925,00 Pago Estatais: - Total: R$55.925,00
Previsto não orçamentário R$200.000.000,00	**Realizado não orçamentário** -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Cooperação para Capacitação Profissional e Assistência Técnica à Construção Civil - 8098 (PROJETO IMPLEMENTADO/UNIDADE)	2,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00
Fomento aos Sistemas de Qualidade e Inovação Tecnológica do Setor da Construção Civil - 8100 (SISTEMA IMPLEMENTADO/UNIDADE)	3,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00
Fomento aos Sistemas de Qualidade e Inovação Tecnológica do Setor da Construção Civil - 90EQ (SISTEMA IMPLEMENTADO/UNIDADE)	3,00	0,00	0,00	200.000.000,00	0,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	400.000,00	55.925,00	13,98
Índice médio geral de realização			**0,00**			**3,50**

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização

(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	464.975,00	147.272,00	0,32
Índice médio geral de realização			-			**0,32**

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Empresas Avaliadas no SiAC - porcentagem (%)	3,400	01/12/2006	5,380	01/2009	7,300	Alta
Fonte: Banco de Dados PBQP-H - Lista de empresas avaliadas (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Banco de Dados do INMETRO IBGE						
Medidas corretivas necessárias:						

Índice de Qualificação de Materiais e Componentes da Cesta Básica da Construção Civil - porcentagem	84,000	01/05/2007	85,310	01/2009	88,000	Alta
Fonte: Banco de Dados do PBQP-H - Lista de PSQs (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Entidade setorial de cada produto						
Medidas corretivas necessárias:						

CONTEXTUALIZAÇÃO

No caso da Habitação, além da questão relacionada ao déficit quantitativo, existe ainda uma deficiência na qualidade das construções e obras que compõem o ambiente construído. Historicamente, frente à necessidade de reduzir o custo de seus produtos, a construção civil teve dificuldades em manter o padrão de qualidade dos projetos e obras, resultando em soluções insatisfatórias e de curta vida útil. Grande desigualdade nos padrões de qualidade, prática da não-conformidade intencional, desarticulação, concorrência predatória, desperdício na produção e baixo nível de inovação tecnológica têm se refletido em um ambiente construído de baixa qualidade, necessitando de constantes reparos e serviços de manutenção. Este ainda é o retrato da construção civil, um dos setores produtivos mais importantes da economia, mas que necessita de um esforço conjunto em busca da qualidade e produtividade. Em 1998, esse esforço ganhou corpo com a criação do PBQP-H pelo governo, que passou então a apoiar o esforço de reestruturação do setor produtivo entorno de duas questões fundamentais: a melhoria da qualidade e a modernização produtiva. O setor público iniciou sua participação principalmente como indutor de um processo evolutivo de qualidade e estimulador do aumento da produtividade, enquanto que o setor privado assumiu o compromisso de implementar os sistemas de qualidade e combate ao desperdício. Para tanto, os recursos fiscais do Programa representaram, desde então, apenas uma parte menor do que normalmente tem sido investido pelos principais agentes do setor, significando uma forma de alavanca dos recursos das parcerias público/privado: CAIXA, FINEP, empresas privadas. O grande montante dos recursos alocados pelo setor privado, envolvendo as entidades e as empresas de serviços e produtoras de materiais e componentes - construtoras, projetistas, etc., é destinado ao desenvolvimento de mecanismos de promoção e avaliação da qualidade e, principalmente, na adaptação e ajuste das empresas aos padrões de qualidade exigidos. Nesse contexto, o fortalecimento e a melhoria do desempenho da cadeia produtiva certamente contribuirão para:- o fortalecimento da economia e do setor produtivo nacional;- o aumento da capacidade tecnológica do país;- o aumento da geração de emprego e renda;- o combate ao déficit habitacional e suas conseqüências sociais e urbanas;- a melhoria das condições de vida das comunidades urbanas em geral, e, particularmente, das de menor renda.

1. Principais Resultados Obtidos em 2008

Principais Resultados Hierarquizados:

1 - Considerando a abrangência do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil SiAC, pode-se basear na soma do levantamento das empresas aderidas em todos os níveis de certificação do SiAC/ PBQP-H como método de aferição de resultado. Nesse sentido, pode-se dizer que o total de empresas no Sistema foi:em dezembro de 2006: 516*; em dezembro de 2007: 1.425 e dezembro de 2008:1503, variação 2006-2007: +276% e 2007-2008: 105%
* Não considera as empresas aderidas ao SIQ, predecessor ao SiAC, extinto em 2007.
Para o Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos SiMaC, calcula-se o percentual de materiais produzidos em conformidade com as normas técnicas em relação à produção nacional: o Índice de Conformidade (Ic), por PSQ. A variação do Ic médio de 2007 para 2008 foi de +1,8%. Foram criados mais 3 PSQs (Telhas Cerâmicas, Aparelhos Economizadores de Água e Eletrodutos Plásticos) no ano de 2008, 3 PSQs tiveram variação positiva de seus Ic, 1 PSQ manteve, e 7 tiveram variação negativa.

Estimativa dos Investimentos das empresas de serviços e obras que participam do SiAC no âmbito do PBQP-H:
a) SiAC
Implementação do Sistema de Avaliação da Conformidade nos níveis D, C, B e A do SiAC. A certificação envolve o custo de auditorias que avaliam periodicamente a qualidade do sistema de gestão implantado, compra de equipamentos (EPIs, instrumentos de medição, entre outros) treinamento e capacitação de pessoal, melhoria das instalações, contratação de recursos humanos entre outros:
- valor anual estimado/empresa: R$ 100.000,00
- valores totais anuais (1503 empresas): R$ 150,3 milhões

Estimativa dos investimentos dos setores produtores de materiais, relacionados ao desenvolvimento dos PSQs e comprometimento com a manutenção dos níveis de qualidade estabelecidos no PBQP-H:
b) SiMAC
Implementação do Programa Setorial da Qualidade, envolvendo as atividades de normalização técnica, desenvolvimento de programas de avaliação da conformidade, realização de auditorias e de ensaios laboratoriais, acompanhamento dos indicadores da conformidade técnica do setor e outras atividades de TIB (Tecnologia Industrial Básica):
- valor anual estimado/PSQ: R$ 3 a 4 milhões
- valores totais anuais (29 PSQs): R$ 87 a 116 milhões

Participação da Feira Revestir (Mar/08)
Participação na Feicon (ABR/08)
Participação no V Encontro Nacional dos Programas da Qualidade da Construção - Belém - PA
Prêmio CTECH (V Encontro Nacional dos Programas da Qualidade da Construção)
Aprovação e Homologação do SiAC Projetos
Aprovação e Homologação do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores - SiNAT

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: O indicador do SiAC mostra que o resultado obtido foi acima de 100% do previsto para 2008 (1300 empresas).
O indicador do SiMaC atingiu um resultado equivalente a 97% do previsto para 2008. A natureza do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos do PBQP-H é extremamente dinâmica e evolutiva. O indicador de conformidade setorial e obtido a partir da média dos indicadores de conformidade dos Programas Setoriais da Qualidade (PSQs). Novos PSQs podem ser inseridos

continuamente no Sistema, fazendo com que esse índice reduza, uma vez que normalmente um novo PSQ não possui indicador de conformidade setorial apurado, ou o tenha com um valor bem menor do que o desejado. Além disso, outro fator que também impacta a previsão de viabilidade média do alcance do índice final do PPA, em 2007, e a renovação periódica dos parâmetros normativos da ABNT, em relação a determinados materiais, o que tem reflexos ocasionais nos índices de conformidade dos PSQs.
Realização do V Encontro Nacional dos Programas da Qualidade da Construção, promovido em 23 e 24 de junho em Belém do Pará.
No que diz respeito às ações referentes à assistência técnica, à autoconstrução e ao mutirão, e à cooperação para formação e requalificação de profissionais da construção civil, não houve resultados concretos.

2. Grau de Contribuição dos Resultados do Programa para o Alcance do Objetivo Setorial

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Implementar a política habitacional visando ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas

Grau de Contribuição dos Resultados do Programa para o Alcance do Objetivo Setorial: Acima do esperado

Justificativa: O aumento do número de empresas aderidas ao SiAC em 2008 contribui para a melhoria das habitações, uma vez que estas empresas passam a controlar seus processos. Além disso, o aumento do número de PSQs também contribui para a melhoria dos materiais constituintes das habitações, tornando as construções mais duráveis.

3. Cobertura do Público Alvo

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

Cobertura do Público Alvo: Dentro do esperado

Justificativa: Mantiveram-se os índices alcançados em 2007, em relação à implementação do Programa nos Estados: 25 Estados aderidos e 15 Estados instituindo o Programa por meio de Decreto.

4. Satisfação dos Beneficiários

O Programa Avalia a Satisfação dos Beneficiários? Não

Dificuladades para Avaliar a Satisfação do Beneficiário: Apesar de não haver pesquisa sistemática de satisfação dos beneficiários, o Programa avalia que os resultados alcançados em 2008 atenderam às expectativas dos parceiros de desenvolvimento do Programa, ouvidos por meio de seus colegiados. Entretanto, destaca-se que algumas demandas levantadas pelo público-alvo não puderam ser respondidas devido ao contingenciamento orçamentário sofrido, a sua reduzida equipe técnica, ao processo de negociação das próprias entidades do setor, considerando-se a gestão compartilhada do Programa.

5. Desenho do Programa Quanto aos Temas Transversais (Raça, Gênero, Pessoa com Deficiência e/ou Criança e Juventude)

Os Temas Transversais estão Contemplados no Âmbito do Programa? Não

6. Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa Apresenta Mecanismos de Promoção da Participação Social? Sim

Reunião com grupos de interesse: O Programa promove encontros para debate com os grupos envolvidos nas ações do PBQP-H, tal como o V Encontro Nacional dos Programas da Qualidade, realizado em Belém, Pará.

As Comissões Nacionais do SiAC e do SiMaC são tripartites (Governo, Setor Produtivo, Entidades Neutras) e possuem participação direta do Setor da Construção Civil, com seus membros representantes. As Comissões são compostas desta forma para que as soluções sejam construídas em conjunto, de maneira que todos passem a se sentir responsáveis pela implementação das mesmas.

Contribuições da Participação Social para os Resultados do Programa: Os membros representantes do setor privado muito contribuíram para elaboração de regimentos, mobilização das empresas para a participação nos Programas e mobilização do mercado para que os fabricantes produzissem materiais em conformidade com as Normas. Além disso, esta participação gera economia ao Governo pois o próprio setor investe no Programa.

Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Tereza Saenz Surita Jucá

OBJETIVO

Promover a reabilitação urbana e o adensamento de áreas centrais desocupadas em Capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas, de forma a otimizar a infra-estrutura instalada, recuperar o estoque habitacional e a dinâmica econômica

PÚBLICO-ALVO

População residente ou usuária das áreas urbanas centrais de capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R$33.915.942,00	Empenhado Liquidado: R$13.163.900,00 Pago Estatais: - Total: R$13.163.900,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas - 8868 (plano elaborado/UNIDADE)	6,00	6,00	100,00	1.500.000,00	726.501,00	48,43
Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Campo Grande - MS - 7K99 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	642.600,00	1,00	0,00	15.015.941,00	0,00	0,00
Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Maceió - AL - 7K82 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	545.000,00	480.000,00	88,07	16.500.001,00	12.000.000,00	72,73

Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas - 10SB (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	15.000,00	1,00	0,01	300.000,00	0,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	300.000,00	295.390,00	98,46
Reabilitação de Bens Culturais e Sítios Históricos Protegidos - 8713 (bem preservado/UNIDADE)	1,00	1,00	100,00	300.000,00	142.009,00	47,34
Índice médio geral de realização			**57,62**			**44,49**

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas - 0602 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	1.301.166,00	269.320,00	0,21
(RAP 2007) Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas - 0610 (POPULAÇÃO BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	11.968.600,00	181.536,00	0,02
Índice médio geral de realização			-			**0,11**

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Domicílios Vagos nas Áreas de Intervenção - PERCENTAGEM	11,000	31/12/2003	0,000		0,000	Média
Fonte: Ministério das Cidades						

Medidas corretivas necessárias: A metodologia das pesquisas oficiais do IBGE vem sofrendo alterações ao longo do tempo e sua periodicidade não é adequada para a apuração anual do indicador (os dados relativos à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2008 têm previsão de divulgação em setembro de 2009). Sugere-se a destinação de recursos para elaboração de metodologia de cálculo de imóveis vazios a partir de setores censitários, visando à construção de uma plataforma online cuja alimentação poderá ser feita pelos municípios.
No que tange ao enfrentamento do problema das altas taxas de domicílios vagos em áreas centrais, o Programa de Reabilitação vem desenvolvendo proposta de Serviço de Moradia Social, que visa à provisão habitacional através da locação. Neste sentido, foi solicitada a inclusão da temática no Projeto de Lei Orçamentária 2010 - fase Qualitativa, visando o desenvolvimento de experiências piloto no Rio de Janeiro, Salvador e São Luís, para testar a viabilidade da proposta com vistas à sua inclusão no PPA 2012-2015.

Taxa de Municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas, RIDEs ou capitais que aderiram à política de Reabilitação de Centros - %	6,260	31/12/2006	26,350	01/2009	62,630	Alta

Fonte: Ministério das Cidades

Medidas corretivas necessárias: Diminuição do volume de contingenciamento dos recursos orçamentários do Programa.
Cabe destacar que está prevista a realização de ações de capacitação, em especial de cursos à distância em parceria com Universidades Federais, com o objetivo de sensibilizar e capacitar técnicos do poder público, ampliando o número de municípios atendidos a partir da capacitação dos seus técnicos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Diagnóstico da situação-problema: existência de déficit habitacional total de quase 6 milhões de moradias conjugada com simultânea ocorrência de 4,5 milhões de imóveis urbanos vazios; existência de moradias localizadas em áreas de risco e insalubres; disponibilidade de infra-estrutura urbana e um expressivo acervo de imóveis habitacional e comercial subtilizados ou em desuso, localizados em áreas centrais; expansão desordenada e/ou desnecessária das cidades brasileiras; existência de imóveis antigos com situação fundiária irregular; e subaproveitamento e degradação do patrimônio cultural nas áreas centrais antigas.
Conseqüências da não implementação do programa: falta de critérios racionais de priorização no que concerne à expansão das cidades brasileiras; continuidade dos riscos de vida e dos relativos à saúde para os moradores dos imóveis em situação precária; desperdício ambiental; e perda do patrimônio cultural, em prejuízo das gerações futuras.
Condicionantes favoráveis: vontade política de alguns setores do poder público em trabalhar de forma articulada; existência dos instrumentos do Estatuto da Cidade; disponibilidade de infra-estrutura; estoque de imóveis residenciais não ocupados; leis de incentivo fiscal aplicáveis em áreas de interesse cultural; baixo custo das obras de infra-estrutura, uma vez que haverá o aproveitamento daquela já existente.
Condicionantes desfavoráveis: falta de vontade política de alguns setores do poder público; alto custo das obras de reabilitação; baixo grau de desenvolvimento, no Brasil, de tecnologias e técnicas adequadas à reabilitação; pouco interesse do setor da construção civil na reabilitação; insuficiente capacitação profissional dos setores público e privado atinente às questões de reabilitação urbana; inadequação/insuficiência das linhas de financiamentos voltadas para reabilitação urbana; falta de flexibilidade na operacionalização das leis de incentivo fiscal, aplicáveis em imóveis simultaneamente de interesse cultural e social.

1. Principais Resultados Obtidos em 2008

Principais Resultados Hierarquizados:

1 - - Realização do Seminário Internacional de Locação Social e do Seminário Brasil-França de Operações Urbanas.
- Realização de quinze vistorias em imóveis do INSS, a partir das quais foram selecionados doze imóveis considerados aptos para destinação aos Programas de HIS do Ministério das Cidades.
- Participação no Grupo de Trabalho criado pela Secretaria do Patrimônio da União para discussão de critérios para destinação de imóveis da União para programas de provisão habitacional de interesse social.
- Execução de convênios celebrados em 2007 com os estados da BA, RJ e MG para implementação de ações de reabilitação.
- Seleção de propostas e empenho de R$ 726.500,00 para a elaboração de Planos de Reabilitação em Áreas Urbanas Centrais em Brasília (DF), Ipojuca (PE), Embu (SP), Manaus (AM), Rio Branco (AC) e Belford Roxo (RJ).
- Execução de obras de requalificação urbana em Maceió/AL (Ação 7K82).
- Assinatura de acordo de cooperação técnica com o Governo da Itália para desenvolver ações de requalificação urbana voltadas para o melhoramento da qualidade habitacional.
- Discussão de uma Cooperação Bilateral com a Junta de Andaluzia da Espanha, cuja assinatura está prevista para maio de 2009.
- Discussão de propostas de emenda à Constituição e de projeto de lei complementar, para a instituição de Áreas de Revitalização Econômica (AREs).
- Participação no GTI criado pelo Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome para elaboração de uma Política Nacional para População em Situação de Rua.
- Participação no Grupo Executivo do Acordo de Cooperação Técnica assinado, em 2007, visando à reabilitação do centro antigo de Salvador (BA).
- Reedição do Plano Guia de Arquitetura de São Luis e do Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, com o Governo Espanhol e a Secretaria Executiva do Ministério das Cidades.
- Apoio técnico às discussões para o estabelecimento de cooperação bilateral na área de desenvolvimento urbano com o Governo da África do Sul.
- Incorporação da Rede Centros à Rede Nacional de Política Urbana, que visa à divulgação das ações da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, de experiências locais, agenda e temas correlatos ao desenvolvimento urbano.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: 1) COOPERAÇÃO FEDERATIVA - Resultado dentro do esperado com a execução de ações no âmbito do Acordo de Cooperação de Salvador e com a realização do Seminário de Locação Social visando à instituição de um Programa Nacional de Serviço de Moradia Social, além da discussão da proposta de instituição de Áreas de Revitalização Econômica, que culminou na assinatura, em 2009, de um Termo de Cooperação com a Frente Nacional dos Prefeitos para o desenvolvimento do tema.
2) DISPONIBILIZAÇÃO DE IMÓVEIS PÚBLICOS PARA HABITAÇÃO - Foram realizadas 15 vistorias para definição de viabilidade de destinação de imóveis do INSS para habitação de interesse social. 12 imóveis foram considerados viáveis e deverão ser adquiridos pelo Patrimônio da União.
3) APOIO DIRETO (OGU) – nas ações 8868 e 7K82, o resultado foi um pouco abaixo do esperado (entre 40% e 80% para realização financeira e acima de 80% para a realização física, para ambas).
Na ação 7K82, o cálculo da meta financeira foi efetuado com base na relação entre o valor empenhado, R$ 12.000.000,00, e o valor previsto na LOA, R$ 16.500.001,00, o que resulta no cumprimento de 72,73%.
Já o cálculo da meta física (população beneficiada) foi feito a partir de um cálculo estimativo o qual relaciona o número previsto na LOA (545.000) com uma estimativa de população beneficiada baseada no custo de R$ 25,00 per capita da obra, o que, para um valor de R$ 12.000.000,00 resulta em 480.000 pessoas, ou seja, 88,07% da meta

prevista.
Essa estimativa decorre do fato de que os contratos foram assinados nos últimos dias do ano e até o momento não foram recebidos os planos de trabalho onde constam os dados precisos relativos à população beneficiada.

Nas ações 10SB e 7K99, o resultado foi completamente abaixo do esperado (abaixo de 40% para realização financeira e de realização física), pois houve contingenciamento da totalidade dos recursos das ações. Na ação 2272, o resultado esteve dentro do esperado (de 80% a 100% de execução financeira). Em 2008, os recursos desta ação foram utilizados na realização do Seminário Internacional de Locação Social. Quanto à execução dos convênios com os Governos da BA, MG e RJ, o resultado foi abaixo do esperado devido às dificuldades no repasse de recursos para os governos do RJ e BA.
4) COOPERAÇÕES INTERNACIONAIS - Resultado acima do esperado. Foi realizado um Seminário em parceria com a Embaixada da França para discussão do tema das Operações Urbanas. Foi ainda assinado um termo de cooperação com o Governo Italiano e articuladas cooperações com 2 outros países, cujas atividades devem começar a partir de 2009.
5) DIVULGAÇÃO/ INFORMAÇÃO - Resultado acima do esperado com a incorporação da Rede Centros à Rede Nacional de Política Urbana, que conta com mais de 27.430 inscritos.

2. Grau de Contribuição dos Resultados do Programa para o Alcance do Objetivo Setorial

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Aperfeiçoar a gestão do espaço urbano pela promoção da regularização fundiária de assentamentos informais, requalificação de

Grau de Contribuição dos Resultados do Programa para o Alcance do Objetivo Setorial: Acima do esperado

Justificativa: Em 2008, o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais buscou a expansão de suas ações através do estímulo ao planejamento em cidades ainda não apoiadas, do apoio à articulação federativa, da assinatura de termos de cooperação técnica bilateral e da concentração de esforços para a construção de viabilidade para empreendimentos habitacionais de baixa renda em áreas centrais com alto valor da terra, através das vistorias em imóveis do INSS e do início do desenvolvimento de uma política de locação social. Foram, neste sentido, envidados esforços para o aperfeiçoamento da gestão do espaço urbano através da promoção do uso e ocupação democrática dos centros das cidades, propiciando, desse modo, o acesso à terra urbanizada, regularizada e bem localizada para todos.

3. Cobertura do Público Alvo

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

Cobertura do Público Alvo: Dentro do esperado

Justificativa: O público-alvo do Programa, a saber, a população residente ou usuária das áreas urbanas centrais de capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas, tem sido atingido através do apoio aos municípios e estados na elaboração de ações de planejamento urbano, disponibilização de imóveis e fortalecimento da gestão mediante assistência técnica e capacitação. Em 2008, o número de municípios atingidos por ações do programa ficou acima do esperado, bem como estão em desenvolvimento obras de requalificação previstas nos Planos de Reabilitação elaborados com apoio do Programa, entretanto não há uma metodologia

regular de medição da taxa de domicílios vagos em áreas centrais, de modo que não é possível aferir com exatidão o alcance concreto do em relação ao seu público-alvo.

4. Satisfação dos Beneficiários

O Programa Avalia a Satisfação dos Beneficiários? Não

Dificuladades para Avaliar a Satisfação do Beneficiário: O Programa tem focado suas ações no Planejamento Urbano. Somente a partir da finalização da implementação das ações previstas nos Planos municipais será possível verificar mudanças qualitativas na realidade local e, por conseguinte, colher dados relativos à satisfação dos usuários e beneficiários. Além disso, as restrições orçamentárias não possibilitam ações de caráter estruturante e gerencial, sendo a prática do programa muito ligada ao voluntarismo e compromisso de sua equipe.

5. Desenho do Programa Quanto aos Temas Transversais (Raça, Gênero, Pessoa com Deficiência e/ou Criança e Juventude)

Os Temas Transversais estão Contemplados no Âmbito do Programa? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Raça: Não há ação exclusiva voltada para a questão da raça. Entretanto, o tema é tratado em projetos, articulações e parcerias desenvolvidos em localidades específicas, como Salvador/BA, através da representação e participação de movimentos sociais e secretarias e órgão públicos locais diretamente ligados e ao tema nas discussões.

Pessoa com Deficiência: O programa, em seu manual de execução, apresenta como diretriz a garantia do atendimento aos idosos ou portadores de necessidades especiais, através da adoção de projetos ou soluções técnicas que eliminem barreiras arquitetônicas ou urbanísticas (conforme Lei Federal 10.098 de 19/12/00 e Decreto 5.296 de 02/12/04), e implantação de equipamentos comunitários específicos.

Gênero: O programa segue ainda os princípios colocados para as ações de promoção da regularidade fundiária nas cidades, que é a opção pela concessão de titulação à mulher, qualquer que seja seu estado civil.

Criança e Juventude: Não há ação exclusiva voltada para a questão da criança e da juventude. Entretanto, o tema é tratado no âmbito da elaboração da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua e em ações específicas de capacitação e formação de mão-de-obra para recuperação do patrimônio cultural em cidades históricas (oficinas-escola).

COMENTÁRIOS: O programa tem como diretriz a promoção do desenvolvimento de uma política de atendimento à população em situação de rua, que engloba diversos segmentos sociais sensíveis, como idosos, criança e juventude e deficientes físicos e mentais, através de uma abordagem transversal de temas relacionados aos direitos humanos, à saúde, à segurança pública, como a dependência química e o alcoolismo, por exemplo. Nesse sentido o programa auxilia o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na elaboração da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, através da participação em Grupo de Trabalho Interministerial para a População em Situação de Rua criado pelo MDS com este fim.

6. Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa Apresenta Mecanismos de Promoção da Participação Social? Sim

Audiência Pública: quando solicitada pelos municípios

Consulta Pública: prevista no manual do programa para contratação e destinação de recursos

Reunião com grupos de interesse: de acordo com a demanda de cada projeto em execução

Discussão em Conselho Setorial: conforme cronograma dos acordos de cooperação técnica, no caso dos conselhos municipais e de acordo com agenda estabelecida, no caso do Conselho Nacional das Cidades

Realização de seminários e oficinas de trabalho para a discussão de ações e projetos a serem desenvolvidos pelo Programa de Reabilitação.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: - Auxílio na elaboração de diretrizes e discussão de ações e projetos a serem desenvolvidos pelo Programa.
- Discussão, em âmbito local, para a priorização de intervenções no âmbito de projetos específicos, como em Salvador, no Rio de Janeiro e na Região Metropolitana de Belo Horizonte.
- Contribuição fundamental na seleção, avaliação e destinação de imóveis para habitação de interesse social em áreas centrais.

Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos

Gerente do Programa

Alfredo Peres da Silva

Objetivo

Reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País

Público-Alvo

Sociedade

Execução do Programa

Quadro Síntese da Execução Financeira

Autorizado (LOA + Créditos): R$310.110.002,00	Empenhado Liquidado: R$122.974.760,00 Pago Estatais: - Total: R$122.974.760,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Metas Físicas e Financeiras

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Capacitação de Profissionais do Sistema Nacional de Trânsito - 6622 (PROFISSIONAL CAPACITADO/UNIDADE)	4.351,00	4.470,00	102,74	2.350.000,00	2.252.549,00	95,85
Educação para a Cidadania no Trânsito - 4414 (projeto elaborado/UNIDADE)	2,00	2,00	100,00	3.000.000,00	3.000.000,00	100,00
Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito - 4398 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	6,00	4,00	66,67	5.100.000,00	943.988,00	18,51
Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito - 8487 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	7,00	2,00	28,57	160.000.000,00	3.928.029,00	2,46
Fortalecimento Institucional dos Órgãos e Entidades do Sistema Nacional de Trânsito - SNT - 8028 (projeto elaborado/UNIDADE)	5,00	0,00	0,00	2.100.000,00	1.636.033,00	77,91
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	6.624.001,00	3.794.488,00	57,28
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	58.000.000,00	48.493.547,00	83,61
Sistema de Informações do Sistema Nacional de Trânsito - 4410 (sistema mantido/UNIDADE)	4,00	4,00	100,00	72.936.001,00	58.926.126,00	80,79

Índice médio geral de realização	66,33		64,55

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Educação para a Cidadania no Trânsito - 4414 (-/-)	-	-	-	5.195.001,00	4.879.605,00	0,94
(RAP 2007) Educação para a Cidadania no Trânsito - 4414 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	-	-	-	5.195.001,00	4.879.605,00	0,94
(RAP 2007) Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na Área de Trânsito - 4398 (PESQUISA APOIADA/UNIDADE)	-	-	-	235.106,00	227.381,00	0,97
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	492.586,00	197.959,00	0,40
(RAP 2007) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	-	-	-	291.866,00	232.688,00	0,80
Índice médio geral de realização			-			**0,81**

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Índice de acidentes com vítimas fatais por 10.000 veículos - %	6,300	31/12/2005	6,800	12/2007	6,300	Alta
Fonte: Anuário Estatístico do DENATRAN						
Medidas corretivas necessárias:						

Índice de acidentes com vítimas por 10.000 veículos - %	91,100	31/12/2005	75,300	12/2007	91,100	Alta
Fonte: Anuário Estatístico do DENATRAN						
Medidas corretivas necessárias:						

CONTEXTUALIZAÇÃO

O sistema de trânsito ocupa um papel de destaque sob o aspecto social e econômico, na medida em que envolve, no dia a dia, praticamente todos os cidadãos brasileiros no exercício pleno do seu direito de ir e vir, de locomover-se livremente em busca de suas necessidades, de seu bem-estar e da comunidade em que vive.
Diversos são os meios de locomoção por via terrestre que envolvem diretamente o cidadão e o transporte de produtos em seu benefício. Tais dinâmicas, intensas e ininterruptas, caracterizam o trânsito urbano e rodoviário gerando problemas e desafiando os governos e toda a coletividade para a sua solução. Tais problemas traduzem-se, por exemplo, em elevadas taxas de ocorrência e de gravidade de acidentes de trânsito, em congestionamentos e na degradação do ambiente urbano, influenciando negativamente a qualidade de vida da população.
O Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, órgão máximo executivo de trânsito da União, no empenho de cumprir sua missão de promover o desempenho eficiente e eficaz dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito – SNT - administra políticas, elabora, fomenta e executa programas e projetos que contribuem para a fluidez e a segurança do trânsito, respeitando o meio ambiente e visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.
Os acidentes de trânsito representam uma das mais freqüentes causas de óbitos no Brasil. A cada ano, mais de 34 mil pessoas morrem e 514 mil são feridas ou tornam-se inválidas em ocorrências de trânsito. Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, 55% das vítimas fatais situam-se na faixa etária economicamente ativa (de 20 a 49 anos), representando um custo social estimado da ordem de 28 bilhões de reais por ano.
Justificativa legal: Código de Trânsito Brasileiro, Artigos 3º parágrafo 5º, 19 e 76.

1. Principais Resultados Obtidos em 2008

Principais Resultados Hierarquizados:

1 - O Denatran deu continuidade ao desenvolvimento do SINIAV, Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos, definindo os requisitos de segurança e a arquitetura do sistema de modo a garantir sua interoperabilidade em todo o território nacional. Desta forma, além da melhoria na gestão, o sistema permitirá um conjunto de vantagens como melhoria na operação, fiscalização e engenharia de trânsito, serviços públicos e privados, tais como controle de acessos e gestão de meio de pagamentos. O SINIAV ainda se integrará ao Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas, configurando-se como ferramenta importante à repressão do roubo e furto de veículos e cargas.

2 - Foram mantidos e melhorados os sistemas informatizados do DENATRAN, tais como Registro Nacional de Veículos Automotores-RENAVAM, Registro Nacional de Carteiras de Habilitação-RENACH, Registro Nacional de Infrações de Trânsito-RENAINF e outros. Tais sistemas totalizam 417 milhões de transações (acessos) aos dados constantes em suas bases. O RENAVAM possui cerca de 54 milhões de veículos cadastrados e o RENACH possui cerca de 47 milhões de condutores habilitados.
Foi concluído o desenvolvimento e iniciado a implantação do Sistema RENAJUD - possível através do Acordo de Cooperação Técnica - ACT entre o Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério das Cidades/Denatran - que consiste no envio de ordens judiciais, determinando a restrição e o bloqueio de registro de veículos cadastrados no Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM, visando o acesso às determinações e respostas judiciais por meio eletrônico. Atualmente já firmaram termo de adesão ao ACT os seguintes Tribunais de Justiça dos seguintes Estados: Amazonas, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Sergipe.
Para melhoria dos controles da arrecadação do Funset, foi desenvolvido e implementado sistema informatizado denominado FunsetNet, ferramenta eletrônica que interliga o Denatran e os demais órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito, possibilitando o envio, em tempo real, das prestações de informações relativas aos recursos recolhidos à conta do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito.

3 - Visando o fortalecimento do Sistema Nacional de Transito – SNT e para suprir as necessidades de aprimoramento e formação dos técnicos envolvidos com a gestão do trânsito, foi dado continuidade ao Programa de Capacitação de Profissionais de Trânsito com a realização de cursos específicos onde foram capacitados 4.470 profissionais. Foram editados e distribuídos aos órgãos e entidades do SNT 30 mil exemplares do Código de Transito Brasileiro com a Legislação complementar em vigor, 32 mil do Código em formato de bolso e seis mil exemplares dos Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito.
Com o mesmo objetivo, foram realizados em 2008 três encontros com os Departamentos Estaduais de Trânsito, dois com os Conselhos Estaduais de Trânsito e um com o Fórum Consultivo do Sistema Nacional de Trânsito, além do 1º Encontro de Educadores do SNT realizado em Brasília nos dias 8 e 9 de maio.

4 - Com o intuito de informar a população, duas grandes campanhas educativas foram produzidas e veiculadas em âmbito nacional através de filmes para TV, spots de rádios, outdoor, busdoor, folders e cartazes para mobiliário urbano: a primeira, cujo slogan foi “Mude você também. Se for dirigir não beba. Viver, essa é a lei”, abordou as conseqüências do álcool e da direção; a segunda, sob o slogan “Ajude a salvar nossas crianças. Cuide delas no trânsito”, objetivou conscientizar toda a sociedade, principalmente pais, mães e responsáveis acerca da importância de proteger as crianças contra a violência no trânsito.
Ainda relacionado com o tema segurança de crianças no trânsito, foi produzido e editado o material intitulado “Viva o Trânsito: histórias para o ensino fundamental”, composto por uma coleção de três livros e dois CDs e destinado a crianças e adolescentes matriculadas nas escolas de ensino fundamental. O material será distribuído no início do ano letivo de 2009 a 59 mil escolas localizadas em 883 municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito, atendendo a 33 milhões de alunos. Outra publicação, destinada a alunos matriculados no 3º e 4º anos do ensino médio, foi o material produzido a partir da série Trânsito Consciente, veiculada na televisão em 2007. Foram distribuídos 1,4 milhão de cadernos a 9.353 escolas de 819 municípios integrados ao SNT.

5 - No âmbito do Conselho Nacional de Trânsito foram promovidas 24 reuniões sendo aprovadas 34 Resoluções. Entre essas, destacam-se por sua importância significativa para o Sistema Nacional de Trânsito as Resoluções: nº. 277 que dispõe sobre o transportes de crianças menores de 10 anos; nº. 280 que dispõe sobre a inspeção periódica do Sistema de Gás Natural instalado originalmente de fábrica; nº. 281 que estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou de pavimentação; nº. 285 que altera as grades curriculares de formação de condutores de veículos automotores com acréscimo de 20 horas-aulas, com maior enfoque na prática de direção, conscientização do não uso de bebida alcoólica e direção, e maior tempo de estudos da legislação de trânsito; nº. 289 Dispõe sobre normas de atuação a serem adotadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal na fiscalização do trânsito nas rodovias federais; nº. 293 que estabelece requisitos de segurança para o transporte de produtos siderúrgicos; nº 296 que trata da integração dos municípios ao SNT, possibilitando a integração de consórcios intermunicipais e a interveniência dos Conselhos Estaduais de Trânsito; nº. 297 que trata da classificação dos danos decorrentes de acidentes e os procedimentos para a regularização ou baixa dos veículos; nº. 298 que revoga as Resoluções não recepcionadas pelo novo Código de Trânsito Brasileiro, na forma do estabelecido em seu Art. 314; e nº. 301 versando sobre a operacionalização do uso dos estacionamentos privativos para idosos e deficientes físicos.
As Câmaras Temáticas do CONTRAN realizaram 71 reuniões, bem como trabalharam em grupos técnicos, produzindo estudos e notas técnicas para a fundamentação das deliberações das respectivas Câmaras e do CONTRAN. O trabalho das Câmaras reuniu, em cada sessão, cerca de 130 pessoas, entre técnicos dos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito e personalidades da sociedade brasileira especialistas em trânsito e de reconhecido notório saber. Restam ser analisados pelo CONTRAN três importantes propostas de resolução elaboradas pelas Câmaras temáticas de Assuntos Veiculares e de Educação, que tratam da inclusão de “airbag” e sistema de freios ABS como equipamentos obrigatórios em veículos novos, da instituição do Referencial Curricular Nacional da Educação para o Trânsito na Educação Infantil e da instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Muito abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: O resultado final do Programa pode ser demonstrado sob dois pontos de vista:
a) Se considerarmos a execução do Programa diante da dotação constante na LOA 2008, consignada ao Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito-FUNSET/Departamento Nacional de Trânsito-DENATRAN, no montante inicial de R$ 106.110.002,00 - valor vigente até o dia 15/12/2008 – cujo montante realizado foi de R$ 101.974.759,15, o percentual de execução será de R$ 96,10%, demonstrando assim um ótimo resultado;
b) Todavia, em 16/12/2009 foi publicado o Crédito Suplementar reforçando a dotação inicial da LOA em R$ 204.000.000,00, passando o orçamento anual de R$ 106.110.002,00 para R$ 310.110.002,00. Do montante do Crédito Suplementar autorizado, a Unidade recebeu o inexpressivo limite orçamentário para emissão de empenho ou nota de crédito no total de R$ 21.000.000,00, em 31/12/2008, ocasionando uma execução (da LOA + Crédito) de R$ 122.974.759,15, reduzindo bruscamente o percentual de execução de 96,10% para 39,66%.

2. Grau de Contribuição dos Resultados do Programa para o Alcance do Objetivo Setorial

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Promover a cidadania por meio de acesso aos serviços de transportes públicos e mobilidade urbana e a integração à gestão do SNT

Grau de Contribuição dos Resultados do Programa para o Alcance do Objetivo Setorial: Dentro do esperado

Justificativa: De acordo com os principais resultados, o Programa 0660 (Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos) vem alcançando a interoperabilidade em todo o território nacional por meio do programa de capacitação de profissionais de trânsito, na busca do aprimoramento e da formação dos técnicos envolvidos na gestão de trânsito. Na medida em que os projetos de educação são disponibilizados à sociedade, traz a conscientização de que o exercício da cidadania no trânsito é um benefício para todos, facilitando assim o atendimento do objeto do programa na segurança e educação. Outro aspecto relevante, diz respeito à atualização da legislação e a participação social na elaboração de propostas de resoluções aprovação do CONTRAN, que estabelece vínculos com a população, atendendo de mesmo modo ao objetivo setorial que visa o avanço da integração à gestão do SNT.

3. Cobertura do Público Alvo

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

Cobertura do Público Alvo: Não aplicável

Justificativa:

4. Satisfação dos Beneficiários

O Programa Avalia a Satisfação dos Beneficiários? Não

Dificuladades para Avaliar a Satisfação do Beneficiário: Em razão da insuficiência de recursos não foram realizadas pesquisas, sendo priorizados projetos e atividades considerados de maior relevância para o programa.

5. Desenho do Programa Quanto aos Temas Transversais (Raça, Gênero, Pessoa com Deficiência e/ou Criança e Juventude)

Os Temas Transversais estão Contemplados no Âmbito do Programa? Não

6. Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa Apresenta Mecanismos de Promoção da Participação Social? Sim

Através das Câmaras Temáticas do Contran, integradas por especialistas que tem o objetivo de estudar e oferecer sugestões, além de embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões do Conselho. São constituídas por representantes de órgãos e entidades executivos da União, dos Estados ou do Distrito Federal, e dos Municípios, além de especialistas representantes dos diversos segmentos da sociedade relacionados com o trânsito.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Todas as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito foram originadas e/ou analisadas pelas 6 Câmaras Temáticas integradas por representantes de órgãos e entidades executivos da União, dos Estados ou do Distrito Federal, e dos Municípios, além de especialistas representantes dos diversos segmentos da sociedade relacionados com o trânsito.

Serviços Urbanos de Água e Esgoto

GERENTE DO PROGRAMA

Leodegar da Cunha Tiscoski

OBJETIVO

Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário

PÚBLICO-ALVO

População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R$2.056.378.562,0	Empenhado Liquidado: R$1.849.017.843,00 Pago Estatais: - Total: R$1.849.017.843,00
Previsto não orçamentário R$3.145.000.000,00	**Realizado não orçamentário** R$898.464.295,19

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio à Conclusão do Sistema de Abastecimento de Água de Teotônio Vilela - AL - 7L46 (Família beneficiada/UNIDADE)	9.600,00	0,00	0,00	14.500.000,00	0,00	0,00
Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes - 20AG (Município atendido /UNIDADE)	200,00	138,00	69,00	820.764,00	568.312,00	69,24
Apoio à Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Várzea Grande - MT - 7H43 (Família beneficiada/UNIDADE)	8.460,00	0,00	0,00	20.272.812,00	0,00	0,00
Apoio à Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Barra dos Coqueiros - SE - 7L67 (Família beneficiada/UNIDADE)	1.543,00	0,00	0,00	3.859.565,00	0,00	0,00

Apoio à Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário na Bacia Hidrográfica do Complexo Estuariano Lagunar Mundaú-Manguaba - al - 7K04 (Família beneficiada/UNIDADE)	4.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Apoio a Projetos de Ação Social em Saneamento (PASS) - 10T1 (Família beneficiada/UNIDADE)	3.478,00	0,00	0,00	8.000.000,00	4.856.087,00	60,70
Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Boa Vista - RR - 7L48 (Família beneficiada/UNIDADE)	12.430,00	0,00	0,00	16.408.031,00	0,00	0,00
Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 10SC (Família beneficiada/UNIDADE)	275.140,00	282.438,00	102,65	345.324.025,00	344.346.162,00	99,72
Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Ariquemes - RO - 7L75 (Família beneficiada/UNIDADE)	1.184,00	0,00	0,00	3.960.000,00	0,00	0,00
Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Boa Vista - RR - 7L49 (Família beneficiada/UNIDADE)	5.900,00	0,00	0,00	14.408.032,00	8.000.000,00	55,52
Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Ji-Paraná - RO - 7L76 (Família beneficiada/UNIDADE)	400,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00
Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Manaus - AM - 7L47 (Família beneficiada/UNIDADE)	8.560,00	0,00	0,00	22.554.936,00	0,00	0,00
Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 006F (-/-)	0,00	0,00	-	3.036.071,00	3.036.071,00	100,00

Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 1N08 (Família beneficiada/UNIDADE)	250.685,00	244.841,00	97,67	591.770.017,00	589.888.104,00	99,68
Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário na Área da Cidade Baixa em Maceió - AL - 7L45 (Família beneficiada/UNIDADE)	7.400,00	0,00	0,00	21.000.000,00	0,00	0,00
Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano - 20AF (Sistema atendido/UNIDADE)	1.200,00	1.277,00	106,42	15.772.910,00	13.842.318,00	87,76
Financiamento a Concessionários para Projetos de Desenvolvimento Institucional - 9568 (Financiamento concedido/UNIDADE)	91,00	0,00	0,00	182.500.000,00	0,00	0,00
Financiamento a Projetos de Saneamento Básico - 90FC (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	500.000,00	2.085.855,00	417,17	600.000.000,00	630.277.000,00	105,05
Financiamento a Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos - 90FA (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	500.000,00	258.099,00	51,62	250.000.000,00	121.790.478,00	48,72
Financiamento para a Elaboração de Projetos de Saneamento Ambiental - 9564 (Projeto elaborado/UNIDADE)	87,00	0,00	0,00	87.500.000,00	13.001,94	0,01
Financiamento para Estados, Municípios e Concessionários Estaduais e Municipais para Projetos de Saneamento Ambiental Integrado - 9565 (Família beneficiada/UNIDADE)	22.500,00	1.661,24	7,38	270.000.000,00	1.259.555,78	0,47
Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água - 9562 (Família beneficiada/UNIDADE)	613.000,00	36.720,85	5,99	675.000.000,00	27.363.268,80	4,05
Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários - 9563 (Família beneficiada/UNIDADE)	450.000,00	162.298,77	36,07	1.080.000.000,00	117.760.990,67	10,90

Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental - 6908 (Município beneficiado/UNIDADE)	1.060,00	1.079,00	101,79	3.693.440,00	3.039.013,00	82,28
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	59.573.278,00	55.522.375,00	93,20
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	59.573.278,00	55.522.375,00	93,20
Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos - 7652 (Família beneficiada/UNIDADE)	29.185,00	36.368,00	124,61	141.707.906,00	117.863.750,00	83,17
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GD (Família beneficiada/UNIDADE)	119.102,00	145.802,00	122,42	331.190.220,00	322.491.173,00	97,37
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GE (Família beneficiada/UNIDADE)	99.429,00	97.753,00	98,31	401.534.883,00	364.228.758,00	90,71
Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES - 2905 (Carga poluidora abatida/kg de dbo/dia)	553.261.718,00	339.709.687,00	61,40	34.991.672,00	21.335.720,00	60,97
Índice médio geral de realização			**51,94**			**46,30**

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 30.000 Habitantes - 0800 (Município atendido /UNIDADE)	-	-	-	12.033.904,00	1.832.983,00	0,15
(RAP 2007) Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 30 mil Habitantes - 0636 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	17.648.400,00	182.550,00	0,01

(RAP 2007) Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários em Municípios com População Superior a 30 mil Habitantes - 0654 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	60.141.115,00	5.528.855,00	0,09
(RAP 2007) Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário em Municípios com mais de 50 mil Habitantes, não Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 008L (-/-)	-	-	-	1.042.347,00	77.256,00	0,07
(RAP 2007) Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) para Prevenção e Controle de Doenças - 002M (-/-)	-	-	-	16.632.943,00	147.675,00	0,01
(RAP 2007) Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) para Prevenção e Controle de Doenças - 002M (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	16.632.943,00	147.675,00	0,01
(RAP 2007) Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) para Prevenção e Controle de Doenças - 002L (-/-)	-	-	-	10.987.867,00	0,00	0,00

(RAP 2007) Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) para Prevenção e Controle de Doenças - 002L (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	10.987.867,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Apoio a Projetos de Ação Social em Saneamento (PASS) - 0586 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	12.861.578,00	2.471.427,00	0,19
(RAP 2007) Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 006E (-/-)	-	-	-	305.081.136,00	202.370.172,00	0,66
(RAP 2007) Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 006F (-/-)	-	-	-	480.498.632,00	317.454.325,00	0,66
(RAP 2007) Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano - 0798 (Sistema atendido/UNIDADE)	-	-	-	7.952.058,00	1.489.429,00	0,19
(RAP 2007) Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental - 6908 (Município beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	19.110,00	18.402,00	0,96
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	1.246.414,00	924.208,00	0,74
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	1.246.414,00	924.208,00	0,74

(RAP 2007) Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos - 7652 (-/-)	-	-	-	155.374.393,00	13.076.727,00	0,08
(RAP 2007) Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos - 7652 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	155.374.393,00	13.076.727,00	0,08
(RAP 2007) Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GD (-/-)	-	-	-	165.403.874,00	5.475.979,00	0,03
(RAP 2007) Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GE (-/-)	-	-	-	325.211.051,00	11.996.735,00	0,04
(RAP 2007) Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes - 3861 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	53.447.321,00	5.419.525,00	0,10
(RAP 2007) Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes - 7654 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	62.387.698,00	0,00	0,00
(RAP 2007) SANEAMENTO BÁSICO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - 5528 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	358.763.504,00	15.206.571,00	0,04

Índice médio geral de realização	-		0,22

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água - PERCENTAGEM	82,300	31/12/2005	83,300	11/2007	86,000	Alta
Fonte: Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE						
Medidas corretivas necessárias:						
Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto - PERCENTAGEM	48,200	31/12/2005	51,330	11/2007	55,000	Alta
Fonte: Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE						
Medidas corretivas necessárias:						
Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida - PERCENTAGEM	35,300	31/12/2005	32,500	11/2007	43,960	Alta
Fonte: SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento						
Medidas corretivas necessárias: Mesmo com a análise da evolução histórica do indicador, considera-se que a meta pode ser alcançada, principalmente em virtude dos expressivos investimentos do PAC em esgotamento sanitário (cerca de 40% do total investido). Não é possível estimar o impacto no tratamento dos esgotos com as obras concluídas até 2011, uma vez que diversos investimentos são destinados à ampliação da rede de coleta. Correção: índice referência 31/12/2005 : 31,70%						

CONTEXTUALIZAÇÃO

Deficiências de cobertura e de qualidade dos serviços de saneamento ambiental, que atingem de forma mais intensa a população de menor nível socioeconômico, com conseqüências negativas sobre o ambiente e a qualidade de vida nas cidades. Escassez de recursos para expansão da cobertura dos sistemas existentes. Ausência de mecanismos de controle social na prestação dos serviços.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - Em 2008, com recursos orçamentários, foi empenhado R$ 1,8 bilhão e desembolsados R$ 981,5 milhões (já incluídos os restos a pagar) para o programa avaliado. Como destaque, no orçamento do MCidades, a ação 10SC inclui as intervenções na modalidade de abastecimento de água incluídos no PAC. O montante dos valores de contratos de repasse em andamento nesta ação equivale a 13,61% do total dos valores dos contratos de repasses assinados pelo Ministério com recursos do OGU em andamento em 2008. Havia, sob a rubrica da ação, 170 contratos em andamento ao final do exercício (valor de repasse de R$ 1,6 bilhão); 31 novos contratos foram assinados no exercício de 2008 (valor de repasse de R$ 46,9 milhões e 91 empreendimentos em andamento no final do exercício, equivalentes a repasses de R$ 1,2 bilhão. A ação 1N08 inclui as ações de esgotamento sanitário incluídas no PAC, cujo montante de recursos dos contratos de repasse em andamento equivale a 25,0% do total dos valores dos contratos de repasse assinados pelo Ministério com recursos do OGU em andamento em 2008. Havia, em 2008, 192 contratos em andamento ao final do exercício (valor de repasse de R$ 2,9 bilhões); 27 contratos assinados no exercício de 2008, equivalentes a R$ 330,5 milhões de repasse e 112 empreendimentos em andamento ao final do exercício, equivalentes a R$ 2,1 milhões.

Ações da FUNASA: 10GD-Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50 mil habitantes: serão beneficiadas 145.849 famílias correspondendo a 122,45% da meta inicial;
Ação 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50 mil habitantes: serão beneficiadas 97.718 famílias representando 98,27% do físico previsto.
Ação 20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano: serão atendidos 1.277 sistemas.
Ação 20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50 mil habitantes: serão atendidos 138 municípios.
Ação da ANA -Agência Nacional de Águas - Ação 2905- Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PROGRAMA DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - PRODES: contratou e iniciou 1 obra, ETE - Monjolinho em São Carlos, valor de R$ 21,3 mil, sendo que beneficiará uma população superior a 300 mil habitantes.
Foram concluídos 6 processos de certificação de ETEs.

0636 - (RAP 2007) Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 30 mil Habitantes : foram concluídos 7 contratos no valor de R$ 3,4 milhões (valor de repasse). Os contratos em andamento ao final do exercício totalizaram 31, com valor de repasse de R$ 26,9 milhões.
0654 - (RAP 2007) Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários em Municípios com População Superior a 30 mil Habitantes: foram concluídos 6 contratos no valor de R$ 2,2 milhões. Contratos em andamento ao final do exercício:40, com valor de repasse de R$ 97 milhões.

Ações - 1N08 e 006F - O montante de recursos dos contratos de repasse em andamento destas ações equivale a 25,0% do total dos valores dos contratos de repasse com recursos do OGU em 2008.

QUADRO RESUMO DO PROGRAMA
Investimentos da União - contratos concluídos*

Ano Conclusão/Previsão	Investimentos (R$ milhões)	Famílias Beneficiadas
2003 a 2008	29	16.100
2009	2.240	1.243.000
2010	10.600	5.886.000
2011	2.520	1.398.000
Sem data prevista	4.330	2.407.000

* Estes números correspondem somente à parcela do MCidades com obras concluídas sob a rubrica do Programa com recursos orçamentários. Vale mencionar que parcela expressiva dos recursos do Programa, especialmente de 2003 a 2008, estava sob a responsabilidade da Funasa.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) aumentou substancialmente os recursos disponíveis para as contratações do programa em 2007 e 2008, especialmente de recursos não onerosos. Em virtude do PAC, foram contratados em 2008, com as ações deste Programa, 394 empreendimentos, sendo 370 com recursos onerosos, em 245 municípios (valor total de investimento de R$ 5,9 bilhões) e 24 com recursos não onerosos, que irão beneficiar 24 municípios (valor total de R$ 457 milhões). Vale destacar que nesses valores estão incluídas as contrapartidas dos Estados e Municípios.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Com a ampliação dos recursos em virtude do PAC para o Programa, o alcance das metas setoriais se tornou factível. No entanto, mesmo considerando o expressivo número de contratações de obras nos últimos anos, a interrupção das contratações de recursos onerosos em 2005 e a baixa disponibilidade de recursos orçamentários nos anos anteriores colocaram em risco o alcance da meta. Para que a meta seja atingida é imprescindível: a) manter em patamares elevados as contratações de novos investimentos nos próximos anos; b) melhorar a gestão dos convênios e contratos firmados, de forma a agilizar a execução das obras, especialmente nas Regiões Nordeste e Sudeste; c) Melhorar o gerenciamento financeiro dos convênios e contratos com recursos não onerosos, de maneira a minimizar problemas de interrupção de obras provocados por atrasos nos repasses de recursos e d) continuar contando com uma conjuntura favorável aos operadores de serviços de saneamento, de forma a possibilitar o incremento dos investimentos em saneamento com recursos próprios. Cumpre salientar que mesmo mantendo elevado o índice de execução dos investimentos programados no PPA, corre-se o risco de não atingir as metas programadas. Nas últimas PNADs o IBGE tem detectado que a taxa de crescimento de novos domicílios tem se mantido em níveis muito elevados, superiores a 3,5% ao ano. Com taxas de crescimento de domicílios desta magnitude, o denominador do indicador de cobertura é afetado, com viés de baixa. Com o aporte expressivo de recursos para contratações em 2007, em virtude do PAC, espera-se uma melhoria significativa nos índices de cobertura do serviço.

3. Cobertura do Público Alvo

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

Cobertura do Público Alvo: Dentro do esperado

Justificativa: O público-alvo do programa compreende toda a população urbana brasileira carente dos serviços de saneamento básico, que contempla um universo muito amplo e heterogêneo, cuja demanda por recursos (orçamentários, humanos e logísticos) é muito superior ao disponível no Programa e na estrutura da União. Também, ressalta-se que a mensuração da cobertura do público-alvo do programa deve levar em consideração a natureza das obras de saneamento (que, geralmente possuem duração de mais de um ano) e a taxa de crescimento domiciliar, que tem se mantido em níveis bastante elevados, de acordo com os dados do IBGE, superiores a 3,5% ao ano.

4. Satisfação dos Beneficiários

O Programa Avalia a Satisfação dos Beneficiários? Não

Dificuladades para Avaliar a Satisfação do Beneficiário: Não foi realizada nenhuma avaliação para aferir o grau de satisfação dos beneficiários do Programa, muito embora a Funasa tenha desenvolvido, em conjunto com a OPAS e outras instituições, uma metodologia que permitirá promover esta avaliação no futuro. Está sendo firmada parceria com o IPEA para a realização da avaliação de processos e resultados dos Programas do Ministério, o que inclui a perspectiva de se avaliar a percepção dos usuários e beneficiários finais do Programa.

5. Desenho do Programa Quanto aos Temas Transversais (Raça, Gênero, Pessoa com Deficiência e/ou Criança e Juventude)

Os Temas Transversais estão Contemplados no Âmbito do Programa? Não

6. Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa Apresenta Mecanismos de Promoção da Participação Social? Sim

Reunião com grupos de interesse: Para a ação 2905 - Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, os comitês de bacias influenciam diretamente na seleção dos empreendimentos candidatos aos recursos do programa e esses fóruns de gestão de recursos hídricos, por sua vez, possibilitam uma ampla participação da sociedade civil organizada.

De forma associada a muitos dos empreendimentos viabilizados no âmbito do Programa são desenvolvidas iniciativas voltadas à mobilização social para o saneamento, incorporando educação ambiental e sensibilização das comunidades atendidas quanto à necessidade de engajamento na discussão de seus interesses, como usuários dos serviços de saneamento, nas instâncias de participação social (conselhos, comitês de bacia, e outros).

Na esfera das atividades de mobilização social acima citadas e, em especial nas iniciativas de saneamento integrado em assentamentos precários ou no caso de adoção do sistema condominial para as redes de distribuição de água ou coleta de esgotos, são realizadas, pelos empreendedores, diversas reuniões com as comunidades a serem atendidas, com vistas à pactuacão das soluções previstas.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Foram positivas pois visam propiciar condições favoráveis à receptividade das comunidades às novas instalações implantadas, propiciando sua conservação e durabilidade. Além disso, no Programa é priorizado o atendimento à população de baixa renda, como uma demanda explicitada pelos diversos fóruns de participação social, dentre eles o próprio Conselho das Cidades.

Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários

GERENTE DO PROGRAMA

Inês da Silva Magalhães

OBJETIVO

Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade

PÚBLICO-ALVO

Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R$2.328.580.034,0	Empenhado Liquidado:	R$2.243.166.144,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$2.243.166.144,00
Previsto não orçamentário R$1.403.843.510,00	**Realizado não orçamentário** R$70.909.000,00	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio a Empreendimento de Saneamento Integrado em Campina Grande - PB - 7L77 (Família beneficiada/UNIDADE)	620,00	0,00	0,00	7.250.000,00	0,00	0,00
Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil Habitantes - 006H (-/-)	0,00	0,00	-	6.760.524,00	6.760.524,00	100,00
Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil Habitantes - 10S5 (Família beneficiada/UNIDADE)	51.809,00	50.168,62	96,83	647.522.823,00	646.489.363,00	99,84

Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários - 10S6 (Família beneficiada/UNIDADE)	28.674,00	3.683,00	12,84	344.647.600,00	344.641.552,00	100,00
Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários no Município do Rio de Janeiro - RJ - 7L73 (Família beneficiada/UNIDADE)	1.426,00	0,00	0,00	20.035.638,00	0,00	0,00
Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários Situados na Parte Alta de Maceió - AL - 7L74 (Família beneficiada/UNIDADE)	1.735,00	0,00	0,00	20.155.211,00	4.545.400,00	22,55
Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários - 8865 (Município apoiado/UNIDADE)	8,00	0,00	0,00	1.500.000,00	263.674,00	17,58
Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas (Papel Passado) - 8866 (Família beneficiada/UNIDADE)	130.667,00	4.715,00	3,61	31.780.000,00	3.649.445,00	11,48
Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários - 10S3 (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	99.181,00	43.451,00	43,81	1.208.541.991,00	1.208.162.323,00	99,97
Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) - 0644 (-/-)	0,00	0,00	-	2.626.401,00	2.626.401,00	100,00
Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários - Rio Branco - AC - 7L71 (Família beneficiada/UNIDADE)	1.836,00	0,00	0,00	21.524.208,00	10.000.000,00	46,46
Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários no Complexo de Manguinhos - Estado do Rio de Janeiro - 7L72 (Família beneficiada/UNIDADE)	1.263,00	0,00	0,00	16.035.638,00	15.857.846,00	98,89
Financiamento a Pessoas Físicas para Aquisição de Material de Construção (Carta de Crédito) - 9569 (Família beneficiada/UNIDADE)	141.134,00	23.941,00	16,96	987.945.074,00	70.909.000,00	7,18

Financiamento ao Poder Público para Urbanização de Assentamentos Precários (Pró-Moradia) - 9556 (Família beneficiada/UNIDADE)	37.810,00	0,00	0,00	415.898.436,00	0,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	200.000,00	169.616,00	84,81
Índice médio geral de realização			**14,50**			**52,58**

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil Habitantes - 006H (-/-)	-	-	-	558.893.751,00	467.341.929,00	0,84
(RAP 2007) Apoio à Infra-Estrutura Urbana em Assentamentos Precários - Comunidade da Rocinha - RJ. - 0C19 (-/-)	-	-	-	23.400.000,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários - 0634 (-/-)	-	-	-	149.809.919,00	64.188.612,00	0,43
(RAP 2007) Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários - 0634 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	149.809.919,00	64.188.612,00	0,43
(RAP 2007) Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários - 0572 (Município apoiado/UNIDADE)	-	-	-	1.280.465,00	79.383,00	0,06
(RAP 2007) Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas (Papel Passado) - 0584 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	8.685.347,00	1.987.189,00	0,23

(RAP 2007) Apoio a Projetos de Saneamento Ambiental em Assentamentos Precários (PAT/PROSANEAR) - 0646 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	3.190.248,00	1.055.644,00	0,33
(RAP 2007) Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) - 0644 (-/-)	-	-	-	1.071.368.519,0	857.442.771,00	0,80
(RAP 2007) Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) - 0644 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	1.071.368.519,0	857.442.771,00	0,80
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	209.194,00	162.840,00	0,78
Índice médio geral de realização			-			**0,47**

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas - %	4,200	31/12/2005	4,080	12/2007	2,230	Muito Baixa
Fonte: IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente						
Medidas corretivas necessárias: Índice apurado segundo Relatório Intermediário sobre Déficit Habitacional no Brasil 2007 que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007. Tabela 9.2.1 - Domicílios particulares permanentes e distribuição percentual, por situação do domicílio, segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas - Brasil - 2007 Tabela 9.2.5 - Domicílios em Aglomerados Subnormais e percentual em relação ao total de domicílios, por situação do domicílio, segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas - Brasil - 2007						
Taxa de domicílios urbanos em processos de regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos - %	2,240	31/12/2006	0,000		11,120	Média
Fonte: IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente (ano 2000)						
Medidas corretivas necessárias: Índice não apurado em 2007. Importante registrar que esse indicador é sabidamente subestimado.						

Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infra-estrutura urbana adequada - %	31,200	31/12/2005	28,500	12/2007	16,300	Média
Fonte: IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente						
Medidas corretivas necessárias: Índice apurado segundo Relatório Intermediário sobre Déficit Habitacional no Brasil 2007 que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007.						

Taxa de domicílios em assentamentos subnormais com adensamento excessivo - %	10,500	31/12/2005	9,800	12/2007	1,500	Muito Baixa
Fonte: IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente						
Medidas corretivas necessárias: Índice apurado segundo Relatório Intermediário sobre Déficit Habitacional no Brasil 2007 que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007.						

Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos - %	6,000	31/12/2002	0,000		0,000	Média
Fonte: IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente						
Medidas corretivas necessárias: A determinação do indicador para o ano de 2007 refere-se ao total de domicílios com inadequação fundiária em relação ao total de municípios (todas as rendas) e monta a 3,9% (Tabela 6.2 - Evolução inadequação fundiária em domicílios urbanos, segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas - Brasil - 2004/2006-2007). Não há dados que permitam o cálculo nessa faixa de renda especificada. Fonte: Relatório Intermediário sobre Déficit Habitacional no Brasil 2007 que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007.						

CONTEXTUALIZAÇÃO

A inadequação de domicílios é o segmento das necessidades habitacionais que tem como pressuposto a melhoria de qualidade de vida dos moradores, sem implicar reposição de moradias. Como cada domicílio pode ser classificado como inadequado segundo mais de um critério, as estimativas não podem ser somadas. Dados oficiais revelam que, do total da população brasileira, 82% vivem em cidades. Dados mais recentes evidenciam, segundo as diferentes inadequações, os números desse déficit qualitativo de moradias: carência de infra-estrutura urbana (11,3 milhões de domicílios), adensamento excessivo (1,9 milhão de domicílios), indefinição fundiária (1,7 milhão de domicílios) e inexistência de unidade sanitária interna (1,0 milhão de domicílios). A maior parte desse contingente de moradias está nos assentamentos precários, que fazem com que a cidade irregular cresça quatro vezes mais depressa que a cidade formal, à margem das normas urbanísticas, em áreas ambientalmente não recomendadas, com riscos de vida á população, agressão à natureza e custos adicionais à economia. Na década de 80, por exemplo, verificou-se um crescimento populacional das regiões metropolitanas da ordem de 24%, enquanto a população que mora em áreas faveladas aumentou em 118%. As conseqüências desse quadro são as ocorrências freqüentes nos noticiários de perda de vidas humanas e de bens materiais das famílias e doenças originadas pela ausência de saneamento básico nos locais onde residem. Existem estudos que comprovam que para cada 1 real investido em água tratada, deixa-se de gastar 4 reais em serviços de saúde. Além da baixa qualidade de vida, morar nestas localidades também implica estar sujeito a um processo de estigmatização e exclusão social e territorial, limitando o acesso desta população aos mecanismos formais de sua reprodução econômica e social. Residir numa propriedade legalizada, de endereço reconhecido e integrado ao tecido da cidade permite não só ampliar a qualidade de vida e a mobilidade da população, como também viabiliza o acesso ao crédito e ao emprego. Ainda que a precariedade da moradia popular tenha alta visibilidade material e simbólica na sociedade brasileira, ocupando os espaços das cidades e da mídia, não existem informações que permitam a sua quantificação ou caracterização de forma precisa. Embora, com certo grau de subestimação, segundo os indicadores disponíveis, do Censo de 2000, o Brasil terminou o século XX com 3.905 favelas espalhadas pelo país. Um aumento absoluto de 717 (22,5%) desde o Censo de 1991 e de 557 (16,6%) desde a Contagem de 1996 (3.348 favelas). Assim, enquanto o parque domiciliar cresceu no país, na última década, 1,01% ao ano, o crescimento de domicílios favelados foi de 4,18% ao ano. As taxas de crescimento dos domicílios favelados superaram, em muito, as taxas totais de crescimento domiciliar entre 1991 e 2000.O Programa é voltado a apoiar estados, DF e municípios e contempla intervenções necessárias à segurança, salubridade e habitabilidade de população localizada em área inadequada à moradia, visando a sua permanência ou reassentamento, por intermédio da execução de: parcelamento de glebas; regularização fundiária; implantação de melhoria de habitações; construção de instalações hidráulico-sanitárias domiciliares; obras e serviços de infra-estrutura, prevenção de riscos e recuperação ambiental; construção de equipamentos comunitários e trabalho social e comunitário. As áreas inadequadas à moradia podem estar localizadas em sítios urbanos, rurais, centros de cidades, periferias e estarem sujeitas a: fatores de risco de vida (erosões, deslizamentos, enchentes, desmoronamentos, outros); insalubridade (lixões, favelas, cortiços, palafitas, outros); ou serem impróprias para moradia (área de proteção ambiental, outros). As conseqüências da não implementação do programa: manutenção do atual padrão de exclusão social, econômica e territorial e precarização da qualidade de vida da população de baixa renda. Os condicionantes favoráveis: vontade política em enfrentar o problema; intenção do Ministério das Cidades em realizar intervenções integradas; experiência consolidada no Ministério para atuar neste segmento; existência de instrumentos urbanísticos adequados previstos no Estatuto da Cidade. Os condicionantes desfavoráveis são: falta de estrutura e de capacitação das prefeituras para atuar neste segmento; processo demorado de intervenção; ausência de recursos suficientes.

1. Principais Resultados Obtidos em 2008

Principais Resultados Hierarquizados:

1 - No ano de 2008 foram iniciadas 189 obras de urbanização, em sua grande parte oriundas de investimentos do Orçamento Geral da União-OGU, o qual beneficiará 548.389 famílias.
Foram concluídas 29 obras de urbanização com aporte de recursos, do exercício de 2006, no valor de R$ 63.211.718,36.

Na ação 10S3 -Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários, que se destina a urbanização de grandes áreas das cidades, além de conglomerados de favelas, foram empenhados R$ 1.208.162.323,00 e realizados R$ 479.735.469,00.
Foram alocados, quase que integralmente, para 166 operações firmadas em 2007, devido a sua característica plurianual. Dessas operações, 144 encontram-se iniciadas.
Com recursos da ação 10S6- Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários- novas 103 operações de urbanização de favelas foram firmadas no âmbito do FNHIS e empenhados R$ 344.641.551,60.
PRÓ-MORADIA- No ano de 2007, foram selecionadas 83 operações e contratadas 61, já no ano de 2008, totalizando R$ 758,6 milhões em investimentos, sendo R$ 703,2 referentes a financiamentos. Efetivamente 35 obras foram iniciadas representando um montante de R$ 405,7 milhões.
No ano de 2008 selecionou-se 46 operações no valor de R$ 1.154,3 milhões, das quais 24 foram contratadas, no valor de R$ 553,9 milhões em investimentos, sendo R$ 490,7 milhões de financiamento.
Em relação ao início de obras, foram 4 operações, representando um investimento de R$ 105,0 milhões.

2 - Em 2008 a ação 10S5 - Saneamento Integrado - selecionou 1 obra no Município de Boa Vista - RR - no valor de R$ 15.750.000,00. Foram contratadas ainda 2 obras, no Município de Boa Vista - RR, no valor de R$ 15.750.000,00, e outra com o Estado do Ceará, beneficiando o município de Maracanaú e Fortaleza no valor de R$ 170.619.997,92, totalizando R$ 186.369.997,90 em contratações. Em 2008 foram empenhados R$646.489.361,18.
Foram iniciadas 77 obras que correspondem a R$ 3.042.494.829,41, beneficiando 237.695 famílias em 49 municípios.

Obtenção dos Resultados: Dentro do esperado

Justificativa: Apesar dos avanços relatados, as ações propostas pelo programa só conseguiram atingir 66,8% das metas financeiras previstas, considerando as ações não-orçamentárias. Isto se deve a diversos fatores. O principal deles é a complexidade que uma intervenção em assentamentos precários atinge tanto para o início quanto para o desenvolvimento das obras de urbanização e reassentamento.
Para a autorização de início de obras, destacamos as dificuldades para obtenção de licenciamento ambiental, normalmente de âmbito estadual, e a comprovação de titularidade. Muitos Estados não possuem agilidade em seus processos de licenciamento e soma-se a isso a baixa capacidade técnica dos próprios proponentes/executores para resolução de pendências e desenvolvimento de projetos. Quanto à titularidade, as áreas que sofrerão intervenção muitas vezes possuem situações jurídicas complicadas, independente de serem áreas públicas ou particulares. Nesse sentido, obtiveram-se alguns avanços no decorrer do PAC para simplificar a comprovação de titularidade, por meio do reforço de instrumentos constantes do Estatuto da Cidade (como a ZEIS).
Para o desenvolvimento da obra é importante lembrar que se trata de áreas ocupadas e que a participação e a negociação com as famílias não só são fundamentais como

são pressupostos do programa, e essa interação pode ser mais lenta ou até mais conflituosa dependendo do grau de mobilização da comunidade. E ainda, a implantação de infra-estrutura muitas vezes pressupõe a remoção de famílias e/ou o imbricamento de serviços dentro da própria obra, sendo que o atraso de um leva a um atraso por encadeamento em todo o cronograma.
Por último, destacamos as questões relativas ao processo licitatório. Essas intervenções, até por se tratar de uma urbanização integrada que pressupõe obras e serviços de naturezas diversas, normalmente possuem várias licitações ao longo do processo. E tivemos diversos casos de licitações desertas (também devido ao próprio aquecimento do mercado de construção civil face á disponibilização de recursos para o setor com o PAC), licitações com questionamentos por parte da empresa e até por parte dos órgãos de controle, levando á demora ou interrupção do empreendimento.
Quanto aos valores orçamentários empenhados do Programa atingiu-se o significativo percentual de 96,33%.

2. Grau de Contribuição dos Resultados do Programa para o Alcance do Objetivo Setorial

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Implementar a política habitacional visando ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas

Grau de Contribuição dos Resultados do Programa para o Alcance do Objetivo Setorial: Dentro do esperado

Justificativa: Apesar do desenvolvimento dos empreendimentos não atingirem a velocidade e o desembolso esperado, principalmente nas ações não-orçamentárias, há avanços importantes a serem destacados. Tanto o Governo Federal quanto os Estados e Municípios vieram de um longo período de investimentos baixos em infra-estrutura e habitação social, o quê desestruturou tanto a capacidade técnica dos agentes promotores quanto do próprio setor da construção civil para este nicho em específico. Essa re-estruturação será retomada mas, com o investimento contínuo e planejado. Dessa forma, os entes federados estão re-equipando e dando maior importância às suas Secretarias de Habitação (ou correlatas) e o próprio mercado está se ajustando para absorver essa demanda. Nesse sentido, é fundamental destacar o papel do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e seus processos de seleção e financiamento a propostas nesse processo, permitindo que os governos locais desenvolvam projetos e determinem seus empreendimentos prioritários para melhoria da questão habitacional em todo o país. Por isso, a avaliação do programa visando alcançar seu objetivo setorial não pode ser analisada apenas numericamente, mas como parte de um processo de retomada de investimentos e de implementação de uma política habitacional que não ocorria por décadas nesse país.

3. Cobertura do Público Alvo

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

Cobertura do Público Alvo: Muito abaixo do esperado

Justificativa: A maioria das intervenções em assentamentos precários, dada a complexidade dos problemas a serem enfrentados, leva, em média, mais de um exercício para alcançar a sua efetividade em termos de conclusão e de beneficiamento pleno do público-alvo.
As famílias registradas como beneficiadas foram estimadas tendo como base o valor empenhado, o que, na verdade, não reflete efetivo benefício, daí as ações terem conseguido atingir apenas 25,4% das metas físicas (famílias beneficiadas) previstas.

4. Satisfação dos Beneficiários

O Programa Avalia a Satisfação dos Beneficiários? Sim

Grau de Satisfação do Usuário: Satisfeito

Justificativa: Essa avaliação só será feita de forma sistemática quando da conclusão das obras do PAC, pois está prevista a avaliação pós-ocupação na urbanização e reassentamento pelo trabalho social durante os 6 meses que sucedem. A resposta "satisfeito" foi marcada de forma empírica pelas entregas parciais de serviços e unidades habitacionais que estão ocorrendo no decorrer dos empreendimentos.

Mecanismos Utilizados e Conseqüências para o Aperfeiçoamento do Programa: Para avaliação da satisfação dos beneficiários será utilizada a Matriz de Indicadores elaborada para o Programa Habitar Brasil BID.
Como já relatado, como ainda não há obras concluídas, não há utilização de resultados, uma vez que essa avaliação somente ocorrerá no período de pós-ocupação.

5. Desenho do Programa Quanto aos Temas Transversais (Raça, Gênero, Pessoa com Deficiência e/ou Criança e Juventude)

Os Temas Transversais estão Contemplados no Âmbito do Programa? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Raça: Embora a responsabilidade pela seleção dos beneficiários finais seja dos estados e municípios, o Programa define diretrizes para priorização do atendimento de famílias parte de comunidades quilombolas e etnias negra e indígena.

Pessoa com Deficiência: Embora a responsabilidade pela seleção dos beneficiários finais seja dos estados e municípios, o Programa define diretrizes para priorização do atendimento de famílias que possuam idosos ou portadores de deficiência.

Gênero: Embora a responsabilidade pela seleção dos beneficiários finais seja dos estados e municípios, o Programa define diretrizes para priorização do atendimento de famílias que têm a mulher como responsável do domicílio.

Criança e Juventude: Embora a responsabilidade pela seleção dos beneficiários finais seja dos estados e municípios, o Programa define diretrizes para priorização do atendimento de famílias com maior número de dependentes.

COMENTÁRIOS: Embora a responsabilidade pela seleção dos beneficiários finais seja dos estados e municípios, o Programa define diretrizes para priorização do atendimento de famílias com menor renda per capita e a demandas apresentadas por movimentos sociais, associações e grupos representativos.
Convém ressaltar que os equipamentos comunitários também financiados pelo programa devem obrigatoriamente ser transversais, englobando o uso dos mesmos pelos grupos sociais minoritários.

6. Mecanismos de Promoção da Participação Social

O Programa Apresenta Mecanismos de Promoção da Participação Social? Sim

Reunião com grupos de interesse: Trabalho Social que deve ter início junto com a execução das obras e término final entre 6 e 12 meses após a conclusão da obra.
Os agentes executores devem estimular a participação das famílias nas principais etapas do projeto, na gestão dos recursos financeiros da União destinados ao Programa, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos. São realizadas reuniões com as comunidades beneficiárias com o objetivo de contribuir na elaboração, aprovação, concepção dos projetos, e fiscalização e execução de obras. Isto ocorre, em especial e com maior intensidade, nas ações "Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários/ Habitar-Brasil", "Papel Passado", "Apoio à prevenção e erradicação de riscos", "Saneamento Integrado" e " Apoio a Projetos de Saneamento Ambiental em Assentamentos Precários (PAT/PROSANEAR)".

Discussão em Conselho Setorial: O MCidades instituiu o Conselho das Cidades, que reúne representantes de entidades de movimentos populares, trabalhadores, empresários, ONGs e entidades acadêmicas e profissionais, com a missão de assessorar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano, políticas de habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana. É um instrumento que assegura a participação cidadã nas decisões sobre as políticas públicas. Além disso, com a implementação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, atua concomitantemente, desde 2006, o Conselho Gestor do FNHIS, órgão de caráter deliberativo que contempla a participação de órgãos e entidades do Poder Executivo e representantes da sociedade civil ligados à área de habitação.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Como principal resultado dessa participação, pode-se apontar as normas de execução do programa, consubstanciadas nos manuais operacionais aprovados nas instâncias de controle e participação social já mencionadas anteriormente, os critérios de seleção de propostas, a distribuição dos recursos por região, dentre outros, levando à execução de projetos mais próximos da necessidade e dos anseios da população e maior comprometimento na manutenção do patrimônio gerado. Esses resultados estão melhorando com a implementação do SNHIS nos Estados e Municípios, por meio da implantação dos Fundos e dos Conselhos Locais voltados para as definições de sua política de habitação, com foco em habitação de interesse social.